

ÍNDICE

CONDIÇÕES GERAIS

Capítulo I - Definições, Objecto do Contrato, Garantias e Exclusões

Artigo 1.º - Definições	3
Artigo 2.º - Objecto do Contrato	4
Artigo 3.º - Garantias do contrato	4
Artigo 4.º - Exclusões	4

Capítulo II - Obrigações da Seguradora do Tomador de Seguro e/ou Segurado

Artigo 5.º - Obrigações da Seguradora	5
Artigo 6.º - Obrigações do Tomador de Seguro e/ou Segurado	6

Capítulo III - Início, Duração, Resolução, Redução e Nulidade do contrato

Artigo 7.º - Início e Duração do Contrato	6
Artigo 8.º - Resolução e Redução do Contrato	7
Artigo 9.º - Nulidade do Contrato	8

Capítulo IV - Modificações do Risco, Valor Seguro, Pagamento dos Prémios

Artigo 10.º - Agravamento do Risco	8
Artigo 11.º - Valor Seguro/Base de Avaliação	9
Artigo 12.º - Pagamento dos Prémios	9

Capítulo V - Sinistros, Reclamações e Indemnizações

Artigo 13.º - Vistoria	10
Artigo 14.º - Abandono	10
Artigo 15.º - Reclamações	10
Artigo 16.º - Indemnizações	11
Artigo 17.º - Franquia	11
Artigo 18.º - Salvados	11

Capítulo VI - Disposições Diversas

Artigo 19.º - Sub-rogação	11
Artigo 20.º - Comunicações e notificações entre as partes	12
Artigo 21.º - Legislação aplicável e arbitragem	12
Artigo 22.º - Transmissão de Direitos	12
Artigo 23.º - Foro	12

CONDIÇÕES ESPECIAIS

Cláusula - AG/001	14
Transporte de Mercadorias (Terrestre e Aéreo)	
Cláusula - AG/002	16
Transporte de Mercadorias "A"	
Cláusula - AG/003	20
Transporte de Mercadorias "B"	
Cláusula - AG/004	25
Transporte de Mercadorias "C"	
Cláusula - AG/005	30
Transporte de Mercadorias (Exclusão de Contaminação Radioactiva)	
Cláusula - AG/006	31
Transporte de Mercadorias (Guerra)	
Cláusula - AG/007	36
Transporte de Mercadorias (Greves)	
Cláusula - AG/008	40
Transporte de Mercadorias (Aéreo)	
Cláusula - AG/009	44
Transporte de Mercadorias (Furto, Roubo e Falta de Entrega de Volumes Inteiros)	
Cláusula - AG/010	45
Transporte de Mercadorias (Furto e/ou Roubo)	
Cláusula - AG/011	46
Transporte de Mercadorias (Produtos Alimentares Refrigerados "A" excluindo carne congelada)	
Cláusula - AG/012	51
Transporte de Mercadorias (Produtos Alimentares Refrigerados "C" excluindo carne congelada)	
Cláusula - AG/013	56
Transporte de Mercadorias (Exclusão de Desarranjos)	
Cláusula - AG/014	57
Transporte de Mercadorias (Exclusão de Danos de Superfície)	
Cláusula - AG/015	58
Transporte de Mercadorias (Cláusula de Substituição)	

APÓLICE DE SEGURO DE TRANSPORTE DE MERCADORIAS

CONDIÇÕES GERAIS

Artigo Preliminar

Entre a Assicurazioni Generali S.p.A., adiante designado por Seguradora e o Tomador do Seguro identificado nas condições Particulares, estabelece-se um contrato de seguro que se regula pelas Condições Gerais, Especiais e Particulares desta Apólice, de harmonia com as declarações constantes da proposta que lhe serviu de base e da qual faz parte integrante.

CAPÍTULO I

DEFINIÇÕES, OBJECTO DO CONTRATO, GARANTIAS E EXCLUSÕES

Artigo 1º- Definições

Para os efeitos do presente contrato entende-se por:

SEGURADORA – A entidade legalmente autorizada a exercer a actividade Seguradora e que subscreve com o Tomador de Seguro, o presente contrato de seguro.

TOMADOR DE SEGURO – A pessoa singular ou colectiva que celebra o presente contrato de seguro com a Seguradora e é responsável pelo pagamento dos prémios e pelo cumprimento das demais obrigações previstas no contrato, salvo aquelas que, pela sua natureza, devam ser cumpridas pelo Segurado.

SEGURADO – A pessoa singular ou colectiva, cujo património se garante nos termos do presente contrato de seguro e que se encontra identificada nas Condições Particulares e/ou Certificado de Seguro.

BENEFICIÁRIO – A pessoa singular ou colectiva à qual deve ser paga a indemnização nos termos da lei civil e desta Apólice.

APÓLICE – O documento que titula o contrato celebrado entre o Tomador de Seguro

e a Seguradora, onde constam as respectivas Condições Gerais, Especiais, se as houver, e Particulares acordadas.

ACTA ADICIONAL – O documento que titula a alteração da apólice.

SEGURO TEMPORÁRIO – O seguro cujo objectivo é o de garantir os objectos e/ou interesses patrimoniais, susceptíveis de avaliação pecuniária, descritos nas Condições Particulares ou Certificado de Seguro, durante o seu transporte, no percurso normal de um trânsito e circunscrito a uma única viagem.

Classifica-se ainda como seguro temporário todo aquele que envolva uma multiplicidade de viagens configuradas por Certificados de Seguro emitidos ao abrigo da mesma Apólice.

SEGURO NÃO TEMPORÁRIO – O seguro que, objectivando garantir, durante o transporte, os objectos e/ou interesses patrimoniais, susceptíveis de avaliação pecuniária, descritos nas Condições Particulares, é contratado por um período inicial (normalmente de um ano) com renovações sucessivas e automáticas.

CERTIFICADO DE SEGURO – O documento que, para todos os efeitos e nos termos da Apólice, traduz as suas condições como se da mesma se tratasse.

OBJECTO SEGURO – Os objectos e/ou



CLÁUSULA - AG/007

TRANSPORTE DE MERCADORIAS (GREVES)

(EQUIVALENTE À CL. 256 «INSTITUTE STRIKES CLAUSES (CARGO)»
DE 1/1/1982)

RISCOS COBERTOS

1. Com excepção das exclusões contidas nos n.ºs 3, e 4, este seguro cobre a perda ou dano sofrido pelos objectos seguros causada por:
 - 1.1 Grevistas, trabalhadores em «lock out» ou pessoas tomando parte em distúrbios de trabalho, tumultos ou comoções civis;
 - 1.2 Terroristas ou qualquer pessoa actuando por motivos políticos;
2. Fica também abrangida a contribuição que impenda sobre o objecto seguro, em despesas de salvamento ou em regulação de avaria grossa elaborada de acordo com o estabelecido no contrato de transporte e/ou na lei e prática aplicável, em virtude de actos praticados com o fim de evitar uma perda, ou com tal objectivo relacionados, em consequência de um risco coberto ao abrigo destas cláusulas.

EXCLUSÕES

3. Este seguro não cobre, em caso algum:
 - 3.1 Perda, dano ou despesa atribuível a actuação dolosa do Segurado;
 - 3.2 Derrame normal, perda normal de peso ou volume e desgaste normal devido a uso do objecto seguro;
 - 3.3 Perda, dano ou despesa causada por insuficiência ou

inadequação de embalagem ou preparação do objecto seguro (para o fim deste n.º 3.3 «embalagem» é considerada como incluindo a estiva num contentor ou «liftvan», mas somente no caso de tal estiva ter sido efectuada antes do início do seguro ou da mesma ter sido feita pelo próprio Segurado ou empregados seus).

- 3.4 Perda, dano ou despesa causada por vício próprio, ou alteração proveniente da natureza intrínseca do objecto seguro.
- 3.5 Perda, dano ou despesa cuja causa próxima seja demora, ainda que tal demora seja resultante de um risco seguro (excepto as despesas que forem indemnizáveis ao abrigo do n.º 2 acima).
- 3.6 Perda, dano ou despesa resultante da insolvência ou dificuldades financeiras dos proprietários, fretadores, operadores ou de quem tenha a administração do navio.
- 3.7 Perda, dano ou despesa resultante da ausência, falta ou impedimento de trabalho de qualquer natureza, seja qual for, resultante de qualquer greve, «lock out», distúrbios de trabalho, tumultos e comoções civis.
- 3.8 Qualquer reclamação baseada em perda ou malogro da viagem.
- 3.9 Perda, dano ou despesa resultante do uso hostil de qualquer arma de guerra que empregue fusão nuclear ou atómica e/ou fusão ou outra reacção idêntica, força ou substância radioactiva.
- 3.10 Perda, dano ou despesa causada por guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição ou conflitos civis resultantes desses factos, ou qualquer acto

hostil cometido por ou contra um poder beligerante.

4.

- 4.1 Em caso algum este seguro cobre a perda, dano ou despesa resultante de:
 - in navegabilidade do navio ou embarcação
 - inadequação do navio, embarcação, outros meios de transporte, contentor ou «liftvan», para o transporte em segurança do objecto seguro desde que o Segurado ou os seus empregados tenham conhecimento de tal in navegabilidade ou inadequação no momento em que o objecto seguro nele é carregado.

- 4.2 A Seguradora renuncia a declarar a sua não responsabilidade no caso de qualquer quebra garantida implícita da navegabilidade do navio ou da sua adequação para transportar o objecto seguro para o destino, a não ser quando o Segurado ou os seus empregados tenham prévio conhecimento de tal situação.

DURAÇÃO

5.

- 5.1 Este seguro inicia-se no momento em que os objectos seguros deixam o armazém ou local de armazenagem na localidade indicada na apólice para o começo da viagem, continua em vigor durante o percurso normal desta e termina
 - 5.1.1 com a sua entrega no armazém do recebedor ou noutro armazém ou local de armazenagem, na localidade do destino indicada na apólice,

- 5.1.2 com a sua entrega em qualquer outro armazém ou local de armazenagem, situado na ou antes da localidade de destino indicada na apólice que o Segurado decidir utilizar quer

5.1.2.1 para armazenagem fora do curso normal de trânsito, quer

5.1.2.2 para repartição ou distribuição, ou

- 5.1.3 decorridos 60 dias após a conclusão da descarga dos objectos seguros do navio oceânico que os transportou até ao porto final da descarga considerando-se destes casos aquele que primeiro ocorrer.

- 5.2 Se, após a descarga do navio oceânico no porto final da descarga, mas antes deste seguro ter terminado, os objectos forem expedidos para um destino diferente daquele para o qual estão seguros, este seguro termina quando se iniciar o transporte para esse outro destino, salvo se, entretanto, já tiver cessado nos termos do n.º 8.1;

- 5.3 Este seguro continuará em vigor (sujeito às disposições acima estabelecidas e às referidas no n.º 9 abaixo) durante demora fora do controlo do Segurado, desvio de rota, descarga forçada, reembarque ou transbordo, assim como durante qualquer alteração da viagem resultante do exercício de um direito concedido aos armadores ou fretadores ao abrigo do contrato de transporte.



acordada) para o destino indicado na apólice (ou para qualquer outro), até que termine de acordo com as disposições estabelecidas no n.º 5.

7. Quando, depois do seguro se ter iniciado, o destino é alterado pelo Segurado, o seguro mantém-se em vigor mediante prémio e condições a serem estabelecidas, desde que seja dado à Seguradora um aviso imediato dessa alteração.

RECLAMAÇÕES

8.

8.1 Para que o reclamante possa receber qualquer indemnização ao abrigo desta apólice, deve ter um interesse segurável sobre os objectos seguros no momento da ocorrência do sinistro;

8.2 Sujeito ao n.º 8.1 acima, o Segurado terá o direito de ser indemnizado por perdas cobertas por este seguro, ocorridas durante o período abrangido pelo mesmo, desde que essas perdas tenham tido lugar depois do seguro ter sido aceite, embora antes do respectivo contrato ter sido formalizado, salvo no caso em que, no momento dessa conclusão, o Segurado fosse já conhecedor das mesmas e a Seguradora não.

9. Quando, por virtude da ocorrência de um risco coberto, a viagem segura terminar num local diferente daquele para o qual os objectos foram seguros, a Seguradora reembolsará quaisquer despesas extra, justificada e razoavelmente feitas com a descarga, armazenagem e reexpedição dos objectos para o destino para o qual foram seguros. Este n.º 9, que não

se aplica em casos de avaria grossa e a despesas de salvamento, fica sujeito às exclusões contidas nos n.ºs 2, 3 e 4, e não inclui as despesas resultantes de falta, negligência, insolvência ou dificuldades financeiras do Segurado ou dos seus empregados.

10. Não será aceite nenhuma reclamação por perda total construtiva, salvo no caso do objecto seguro ser razoavelmente abandonado por virtude da sua efectiva perda total parecer inevitável ou porque o custo da sua recuperação, reacondicionamento e reexpedição para o local de destino para o qual está seguro, excederia o seu valor à chegada a esse local.

11.

11.1 Caso existam várias apólices a segurar a mesma mercadoria, ainda que se trate de apólices relativas a aumentos de valor, os capitais seguros por todas essas apólices serão somados e em caso de sinistro a responsabilidade da Seguradora, ao abrigo do presente contrato, corresponderá à proporção do valor seguro pelo mesmo em relação aquele valor total, sem prejuízo do disposto nos artigos 434.º e 435.º do Código Comercial. No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as apólices existentes.

11.2 Quando este seguro se referir a um «seguro de valor aumentado» será aplicável a seguinte disposição:

O valor acordado dos objectos seguros será considerado como sendo igual ao total do valor coberto pelo seguro principal mais os valores de todos os seguros de valor aumentado cobrindo a perda, que o Segurado tenha efectuado, e a responsabilidade, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total.

No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as apólices existentes.

BENEFÍCIO DO SEGURO

12. Nenhum transportador ou depositário poderá beneficiar deste seguro.

MINIMIZAÇÃO DE PREJUÍZOS

13. Em caso de sinistro abrangido por esta apólice, o Segurado, seus empregados e agentes obrigam-se a:

13.1 tomar as medidas que sejam razoáveis com o fim de evitar ou minimizar os prejuízos, e

13.2 assegurar que sejam devidamente preservados e exercidos todos os direitos contra os transportadores, depositários ou outros terceiros envolvidos, e a Seguradora reembolsará o Segurado, independentemente do valor de qualquer prejuízo indemnizável, por todas as despesas justificadas e razoavelmente incorridas na execução destas obrigações.

14. As medidas tomadas pelo Segurado ou pela Seguradora com o objectivo de salvar, proteger ou recuperar os

objectos seguros, não serão nunca considerados como aceitação ou renúncia de abandono, ou prejudicarão, de qualquer forma, os direitos de ambas as partes.

OBRIGAÇÕES DE EVITAR DEMORAS

15. É condição deste seguro que o Segurado deverá actuar com razoável prontidão, em todas as circunstâncias que estejam dentro das suas possibilidades e controlo.

§ Único: É necessário que o Segurado dê imediato aviso à Seguradora, quando tome conhecimento de qualquer facto que altere significativamente as condições do seguro e que possa dar lugar ao pagamento de um prémio adicional. O direito a cobertura suplementar fica dependente do cumprimento desta obrigação.



CLÁUSULA - AG/009

TRANSPORTE DE MERCADORIAS (FURTO, ROUBO E FALTA DE ENTREGA DE VOLUMES INTEIROS)

(EQUIVALENTE À CL. 272 "INSTITUTE THEFT, PILFERAGE AND NON-DELIVERY CLAUSE" DE 1/12/1982)

Sem prejuízo das exclusões constantes da Apólice e sujeito à aplicação de um prémio adicional, fica garantida a perda ou dano do Objecto seguro, em consequência de Furto e/ou Roubo, bem como a falta de entrega de volumes inteiros que constituam o mesmo.

CLÁUSULA - AG/010

TRANSPORTE DE MERCADORIAS (FURTO OU ROUBO)

1. ENQUANTO O VEÍCULO SE ENCONTRAR EM CIRCULAÇÃO

1.1 A cobertura é garantida em qualquer hora do dia ou da noite desde que se verifiquem os seguintes eventos:

1.1.1 Furto e/ou Roubo consequentes à ocorrência de qualquer dos Riscos cobertos;

1.1.2 Assalto à mão armada.

2. ENQUANTO O VEÍCULO SE ENCONTRAR PARADO E/OU ESTACIONADO

2.1 A cobertura é garantida entre as 07:00 e as 21:00 horas, desde que observadas as seguintes condições:

2.1.1 Que o veículo se encontre temporariamente estacionado e no decurso normal de trânsito;

2.1.2 Que o veículo seja provido de caixa metálica fechada e equipado com sistema de alarme e bloqueio de direcção e que os mesmos tenham sido devidamente activados;

2.1.3 Que o Furto e/ou Roubo seja cometido por arrombamento do veículo e, no caso de furto do próprio veículo, por quebra e/ou destruição do sistema de bloqueio da direcção.

2.2 A cobertura é garantida entre as

21:00 e as 07:00 horas, desde que observadas as seguintes condições:

2.2.1 Que o veículo se encontre estacionado em recinto fechado, coberto e trancado e desde que o Furto e/ou Roubo seja cometido por arrombamento desse mesmo local.

Nota: Os períodos horários indicados em 2.1 e 2.2 poderão ser alterados por acordo prévio dos Contratantes e mediante menção expressa nas Condições Particulares da Apólice.



14.

14.1 Se o Segurado efectuar qualquer seguro por aumentos de valor sobre os objectos seguros, o valor acordado dos mesmos será considerado como sendo a soma do valor seguro por esta apólice com os valores seguros por todas as apólices de aumento de valor que cubram a perda, e a responsabilidade da Seguradora, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total, sem prejuízo do disposto nos artigos 434.º e 435.º do Código Comercial.

No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

14.2 Quando este seguro se referir a um "seguro de valor aumentado" será aplicável a seguinte disposição:

O valor acordado dos objectos seguros será considerado como sendo igual ao total do valor coberto pelo seguro principal mais os valores de todos os seguros de valor aumentado cobrindo a perda, que o Segurado tenha efectuado, e a responsabilidade, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total.

No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

BENEFÍCIO DO SEGURO

15. Nenhum transportador ou depositário

rio poderá beneficiar deste seguro.

MINIMIZAÇÃO DE PREJUÍZOS

16. Em caso de sinistro abrangido por esta apólice, o Segurado, seus empregados e agentes obrigam-se a

16.1 tomar as medidas que sejam razoáveis com o fim de evitar ou minimizar os prejuízos e

16.2 assegurar que sejam devidamente preservados e exercidos todos os direitos contra os transportadores, depositários ou outros terceiros envolvidos, e a Seguradora reembolsará o Segurado, independentemente do valor de qualquer prejuízo indemnizável, por todas as despesas justificadas e razoavelmente incorridas na execução destas obrigações.

17. As medidas tomadas pelo Segurado ou pela Seguradora com o objectivo de salvar, proteger ou recuperar os objectos seguros, não serão nunca considerados como aceitação ou renúncia de abandono, ou prejudicarão, de qualquer forma, os seus direitos.

OBRIGAÇÕES DE EVITAR DEMORAS

18. É condição deste seguro que o Segurado deverá actuar com razoável prontidão, em todas as circunstâncias que estejam dentro das suas possibilidades e controlo.

§ Único: É necessário que o Segurado dê imediato aviso à Seguradora, quando tome conhecimento de qualquer facto que altere significativamente as condições do seguro e que possa dar lugar ao pagamento de um prémio adicional. O direito a cobertura suplementar fica dependente do cumprimento desta obrigação.

CLÁUSULA - AG/012

TRANSPORTE DE MERCADORIAS (PRODUTOS ALIMENTARES REFRIGERADOS "C" EXCLUINDO CARNE CONGELADA)

[EQUIVALENTE À CL. 264 «I.F.F. -
INSTITUTE FROZEN FOOD (C)
(EXCLUDING FROZEN MEAT)
DE 1/1/1986]

RISCOS COBERTOS

1. Com excepção das exclusões contidas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7, este seguro cobre:

1.1 Perda ou dano sofrido pelo objecto seguro razoavelmente atribuível a:

1.1.1 Fogo ou explosão.

1.1.2 Encalhe ou afundamento do navio ou embarcação e ainda a sua viragem devido a falta de estabilidade transversal (emborcar).

1.1.3 Capotamento ou descarrilamento do meio transportador terrestre.

1.1.4 Colisão ou contacto do navio, embarcação ou meio de transporte com qualquer objecto externo que não seja água.

1.1.5 Descarga num porto de arribada.

1.2 Perda ou dano sofrido pelo objecto seguro causado por:

1.2.1 Sacrifício de avaria grossa.

1.2.2 Alijamento.

2. Fica também abrangida a contribuição que impenda sobre o objecto seguro, em despesas de salvamento ou em regulação de avaria grossa elaborada de acordo com o es-

tabelecido no contrato de transporte e/ou na lei e prática aplicável, em virtude de actos praticados com o fim de evitar uma perda, ou com tal objectivo relacionados, em consequência de qualquer causa, com excepção daquelas que são excluídas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7 desta cláusula ou em qualquer outra parte do contrato de seguro.

3. O Segurado será também indemnizado, nos mesmos termos em que o fôr por um prejuízo abrangido pelo âmbito de cobertura da apólice, pela responsabilidade que lhe caiba nos termos da cláusula "responsabilidade mútua em caso de colisão" inserida no contrato de transporte.

No caso de lhe ser presente qualquer reclamação ao abrigo da citada cláusula, o Segurado obriga-se a dar imediato conhecimento desse facto à Seguradora, a qual terá o direito de, com custas e despesas a seu cargo, defender o Segurado contra tal reclamação.

EXCLUSÕES

4. Este seguro não cobre, em caso algum:

4.1 Perda, dano ou despesa atribuível a actuação dolosa do Segurado;

4.2 Derrame normal, perda normal de peso ou volume e desgaste normal devido a uso do objecto seguro;

4.3 Perda, dano ou despesa causada por insuficiência ou inadequação de embalagem ou preparação do objecto seguro (para o fim deste n.º 4.3 "embalagem" é considerada como incluindo a estiva num contentor ou "liftvan", mas somente no caso de tal estiva ter sido efectuada antes do início



do seguro ou da mesma ter sido feita pelo próprio Segurado ou empregados seus);

- 4.4** Perda, dano ou despesa causada por vício próprio, ou alteração proveniente da natureza intrínseca do objecto seguro;
- 4.5** Perda, dano ou despesa cuja causa próxima seja demora, ainda que tal demora seja resultante de um risco seguro (excepto as despesas que forem indemnizáveis ao abrigo do n.º 2 acima);
- 4.6** Perda, dano ou despesa resultante da insolvência ou dificuldades financeiras dos proprietários, fretadores, operadores ou de quem tenha a administração do navio;
- 4.7** Dano ou destruição deliberada do objecto seguro ou de qualquer parte dele, resultante de um acto ilegal de qualquer pessoa ou pessoas;
- 4.8** Perda, dano ou despesa resultante do uso de qualquer arma de guerra que empregue fusão nuclear ou atómica e/ou fusão ou outra reacção idêntica, força ou substância radioactiva;
- 4.9** Perda, dano ou despesa resultante do facto do Segurado ou dos seus empregados não tomarem todas as devidas precauções para que os produtos seguros sejam mantidos em câmaras frigoríficas ou, quando isso seja reconhecido como adequado e suficiente, em locais próprios devidamente isolados e refrigerados;
- 4.10** Perda, dano ou despesa indemnizável ao abrigo desta Apólice, se a Seguradora não for prontamente informada do acidente que esteve na origem de tal perda, dano ou despesa,

informação essa que nunca poderá exceder o prazo de 30 dias após o terminus do seguro;

- 4.11** Perda, dano ou despesa resultantes de embargo, rejeição, proibição ou detenção dos produtos seguros, pelos Governos dos países importadores, suas agências ou departamentos. No entanto, ficam abrangidos a perda ou dano resultante de riscos cobertos por esta Apólice, desde que tenham ocorrido antes de tal embargo, rejeição, proibição ou detenção.

5.

- 5.1** Em caso algum este seguro cobre a perda, dano ou despesa resultante de:

- inavegabilidade do navio ou embarcação
- inadequação do navio, embarcação, outros meios de transporte, contentor ou "liftvan", para o transporte, em segurança, do objecto seguro

desde que o Segurado ou os seus empregados tenham conhecimento de tal inavegabilidade ou inadequação no momento em que o objecto seguro nele é carregado.

- 5.2** A Seguradora renuncia a declarar a sua não responsabilidade no caso de quebra de garantia implícita da navegabilidade do navio ou da sua adequação para transportar o objecto seguro para o destino, a não ser quando o Segurado ou os seus empregados tenham prévio conhecimento de tal situação.

- 6.** Em caso algum este seguro cobre, perda, dano ou despesa causada por:

6.1 Guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição ou conflitos

civis resultantes desses factos, ou qualquer acto hostil cometido por ou contra um poder beligerante;

- 6.2** Captura, apreensão, arresto, restrição ou detenção (exceptuando a pirataria), bem como as consequências desses actos ou de qualquer tentativa para os executar;

- 6.3** Minas, torpetos, bombas ou quaisquer outras armas de guerra, abandonadas ou à deriva.

- 7.** Em caso algum este seguro cobre, perda, dano ou despesa:

7.1 Causada por grevistas, trabalhadores em "lock out" ou pessoas tomando parte em distúrbios laborais, tumultos ou comoções civis;

7.2 Resultantes de greves, "lock out", distúrbios laborais ou comoções civis;

7.3 Causadas por terroristas ou qualquer pessoa actuando por motivos políticos.

DURAÇÃO

8.

- 8.1** Este seguro inicia-se no momento em que os objectos seguros, armazenados nas câmaras de arrefecimento e/ou congelação da fábrica situada na localidade indicada na apólice, são carregados no meio de transporte para o começo da viagem, continua em vigor durante o percurso normal desta e termina

8.1.1 com a sua entrega no armazém frigorífico ou outro local de armazenagem na localidade do destino indicada na apólice,

8.1.2 com a sua entrega em qualquer outro armazém frigorífico ou local de armazenagem, situado na

ou antes da localidade de destino indicada na apólice que o Segurado decidir utilizar quer

8.1.2.1 para armazenagem fora do curso normal de trânsito, quer

8.1.2.2 para repartição ou distribuição

ou

- 8.1.3** decorridos 5 dias após a conclusão da descarga dos objectos seguros do navio oceânico que os transportou até ao porto final da descarga

considerando-se destes casos aquele que primeiro ocorrer

- 8.2** Se, após a descarga do navio oceânico no porto final da descarga, mas antes deste seguro ter terminado, os objectos forem expedidos para um destino diferente daquele para o qual estão seguros, este seguro termina quando se iniciar o transporte para esse outro destino, salvo se, entretanto, já tiver cessado nos termos do n.º 8.1;

- 8.3** Este seguro continuará em vigor (sujeito às disposições acima estabelecidas e às referidas no n.º 9 abaixo) durante demora fora do controlo do Segurado, desvio de rota, descarga forçada, reembarque ou transbordo, assim como durante qualquer alteração da viagem resultante do exercício de um direito concedido aos armadores ou fretadores ao abrigo do contrato de transporte.

- 9.** Se, devido a circunstâncias fora do controlo do Segurado, o contrato de transporte terminar num porto ou local diferente do de destino nele indi-



CLÁUSULA - AG/015

TRANSPORTE DE MERCADORIAS (CLÁUSULA DE SUBSTITUIÇÃO)

(EQUIVALENTE À CL 161 «INSTITUTE REPLACEMENT CLAUSE» 1/1/34)

Em caso de avaria que atinja, parcialmente, uma máquina segura por qualquer dos riscos cobertos pela Apólice, a indemnização respectiva não poderá exceder o custo da reparação ou substituição das partes atingidas podendo mesmo ser acrescido:

- a) das despesas de transporte nacional ou internacional das partes a reparar ou a substituir (ou eventualmente da própria máquina);
- b) dos direitos alfandegários e outras despesas aos mesmos ligadas; desde que, no capital seguro da máquina, tenham sido incluídas as verbas correspondentes ao frete e aos direitos.

Não poderá, porém, em caso algum, a responsabilidade da Seguradora exceder o capital seguro da própria máquina atingida, parcialmente, por um sinistro.

CLÁUSULA - AG/021

TRANSPORTE DE MERCADORIAS (EXCLUSÃO DE FENÓMENOS DA NATUREZA)

ESTA CLÁUSULA SERÁ SOBERANA E ELIMINARÁ QUALQUER OUTRA QUE LHE SEJA CONTRADITÓRIA NA PRESENTE APÓLICE

Em nenhum caso este seguro cobrirá a responsabilidade por perda, dano ou despesa, directa ou indirectamente causada por, ou resultante de:

1. Tufões, ciclones, tornados e toda a acção directa de ventos fortes ou choque de objectos arremessados ou projectados pelos mesmos;
2. Queda de neve ou granizo.



cado, ou se a viagem terminar antes da entrega dos objectos de acordo com o que está estabelecido no n.º 8, este seguro termina também, a não ser que a Seguradora seja prontamente avisada de qualquer desses factos, solicitada a continuação da cobertura e pago o prémio adicional que for requerido, caso em que este seguro se manterá em vigor:

9.1 até que os objectos sejam vendidos e entregues nesse porto ou local ou, se não tiver sido acordado nada em contrário, até à expiração do prazo de 30 dias após a chegada dos objectos seguros a esse porto ou local, conforme o que primeiro ocorrer, ou

9.2 se os objectos forem expedidos dentro do referido período de 30 dias (ou de qualquer extensão desse prazo que tiver sido acordada) para o destino indicado na apólice (ou para qualquer outro), até que termine de acordo com as disposições estabelecidas no n.º 8.

10. Quando, depois do seguro se ter iniciado, o destino é alterado pelo Segurado, o seguro mantém-se em vigor mediante prémio e condições a serem estabelecidas, desde que seja dado à Seguradora um aviso imediato dessa alteração.

RECLAMAÇÕES

11.

11.1 Para que o reclamante possa receber qualquer indemnização ao abrigo desta apólice, deve ter um interesse segurável sobre os objectos seguros no momento da ocorrência do facto que dá lugar à perda.

11.2 Sujeito ao n.º 11.1 acima, o

Segurado terá o direito de ser indemnizado por perdas cobertas por este seguro, ocorridas durante o período abrangido pelo mesmo, desde que essas perdas tenham tido lugar depois do seguro ter sido aceite, embora antes do respectivo contrato ter sido formalizado, salvo no caso em que, no momento dessa conclusão, o Segurado fosse já conhecedor das mesmas e a Seguradora não.

12. Quando, por virtude da ocorrência de um risco coberto, a viagem segura terminar num porto ou local diferente daquele para o qual os objectos foram seguros, a Seguradora reembolsará quaisquer despesas extra, justificadas e razoavelmente feitas com a descarga, armazenagem e reexpedição dos objectos para o destino para o qual foram seguros. Este n.º 12, que não se aplica em casos de avaria grossa e a despesas de salvamento, fica sujeito às exclusões contidas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7, e não inclui as despesas resultantes de falta, negligência, insolvência ou dificuldades financeiras do Segurado ou dos seus empregados.

13. Não será aceite nenhuma reclamação por perda total construtiva, salvo no caso do objecto seguro ser razoavelmente abandonado por virtude da sua efectiva perda total parecer inevitável ou porque o custo da sua recuperação, recondicionamento e reexpedição para o local de destino para o qual está seguro, excederia o seu valor à chegada a esse local.

14.

14.1 Se o Segurado efectuar qualquer seguro por aumentos de valor sobre os objectos seguros, o valor acordado dos mesmos será considerado como sendo a soma do valor seguro por esta apólice com os valores seguros por todas as apólices de aumento de valor que cubram a perda, e a responsabilidade da Seguradora, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total, sem prejuízo do disposto nos artigos 434.º e 435.º do Código Comercial.

No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

14.2 Quando este seguro se referir a um "seguro de valor aumentado" será aplicável a seguinte disposição:

O valor acordado dos objectos seguros será considerado como sendo igual ao total do valor coberto pelo seguro principal mais os valores de todos os seguros de valor aumentado cobrindo a perda, que o Segurado tenha efectuado, e a responsabilidade, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total.

No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

BENEFÍCIO DO SEGURO

15. Nenhum transportador ou depositário poderá beneficiar deste seguro.

MINIMIZAÇÃO DE PREJUÍZOS

16. Em caso de sinistro abrangido por esta apólice, o Segurado, seus empregados e agentes obrigam-se a

16.1 tomar as medidas que sejam razoáveis com o fim de evitar ou minimizar os prejuízos e

16.2 assegurar que sejam devidamente preservados e exercidos todos os direitos contra os transportadores, depositários ou outros terceiros envolvidos, e a Seguradora reembolsará o Segurado, independentemente do valor de qualquer prejuízo indemnizável, por todas as despesas justificadas e razoavelmente incorridas na execução destas obrigações.

17. As medidas tomadas pelo Segurado ou pela Seguradora com o objectivo de salvar, proteger ou recuperar os objectos seguros, não serão nunca considerados como aceitação ou renúncia de abandono, ou prejudicarão, de qualquer forma, os seus direitos.

OBRIGAÇÕES DE EVITAR DEMORAS

18. É condição deste seguro que o Segurado deverá actuar com razoável prontidão, em todas as circunstâncias que estejam dentro das suas possibilidades e controlo.

§ Único: É necessário que o Segurado dê imediato aviso à Seguradora, quando tome conhecimento de qualquer facto que altere significativamente as condições do seguro e que possa dar lugar ao pagamento de um prémio adicional. O direito a cobertura suplementar fica dependente do cumprimento desta obrigação.



CLÁUSULA - AG/013

TRANSPORTE DE MERCADORIAS (EXCLUSÃO DE DESARRANJOS)

Derrogando o que em contrário possa figurar nas Condições Gerais ou Particulares da Apólice, ficam sempre excluídos os prejuízos resultantes de desarranjo mecânico, eléctrico e/ou electrónico que não resultem directamente de um Risco coberto.

CLÁUSULA - AG/014

TRANSPORTE DE MERCADORIAS (EXCLUSÃO DE DANOS DE SUPERFÍCIE)

Derrogando o que em contrário possa figurar nas Condições Gerais da Apólice, ficam sempre excluídos os prejuízos resultantes de ferrugem, oxidação e/ou descoloração do objecto seguro, no todo ou em parte do mesmo.



**TRANSPORTE DE MERCADORIAS
(PRODUTOS ALIMENTARES
REFRIGERADOS "A" EXCLUINDO
CARNE CONGELADA)**

**[EQUIVALENTE À CL. 263 «I.F.F. -
INSTITUTE FROZEN FOOD (A)
(EXCLUDING FROZEN MEAT)
DE 1/1/1986]**

RISCOS COBERTOS

1. Com excepção das exclusões contidas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7, este seguro cobre:

1.1 Todos os riscos de perda ou dano sofrido pelo objecto seguro com exclusão de perda ou dano resultante de variação de temperatura qualquer que seja a causa, salvo nos casos referidos em 1.2.

1.2 Perda ou dano sofrido pelo objecto e resultante de variação de temperatura devido a:

1.2.1 Avaria das máquinas de refrigeração de que resulte a sua paragem por um período mínimo de 24 horas consecutivas.

1.2.2 Fogo ou explosão.

1.2.3 Encalhe ou afundamento do navio ou embarcação e ainda a sua viragem devido a falta de estabilidade transversal (embocar).

1.2.4 Capotamento ou descarilamento do meio transportador terrestre.

1.2.5 Colisão ou contacto do navio, embarcação ou meio de transporte com qualquer objecto externo que não seja água.

1.2.6 Descarga num porto de arribada.

2. Fica também abrangida a contribuição que impenda sobre o objecto seguro, em despesas de salvamento ou em regulação de avaria grossa elaborada de acordo com o estabelecido no contrato de transporte e/ou na lei e prática aplicável, em virtude de actos praticados com o fim de evitar uma perda, ou com tal objectivo relacionados, em consequência de qualquer causa com excepção daquelas que são excluídas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7 desta cláusula ou em qualquer outra parte do contrato de seguro.

3. O Segurado será também indemnizado, nos mesmos termos em que o fôr por um prejuízo abrangido pelo âmbito de cobertura da apólice, pela responsabilidade que lhe caiba nos termos da cláusula «responsabilidade mútua em caso de colisão» inserida no contrato de transporte.

No caso de lhe ser presente qualquer reclamação ao abrigo da citada cláusula, o Segurado obriga-se a dar imediato conhecimento desse facto à Seguradora, a qual terá o direito de, com custas e despesas a seu cargo, defender o Segurado contra tal reclamação.

EXCLUSÕES

4. Este seguro não cobre, em caso algum:

4.1 Perda, dano ou despesa atribuível a actuação dolosa do Segurado;

4.2 Derrame normal, perda normal de peso ou volume e desgaste normal devido a uso do objecto seguro;

4.3 Perda, dano ou despesa causada por insuficiência ou inadequação de embalagem ou preparação do objecto seguro (para o fim deste n.º 4.3 «embalagem» é considerada como

incluindo a estiva num contentor ou «liftvan», mas somente no caso de tal estiva ter sido efectuada antes do início do seguro ou da mesma ter sido feita pelo próprio Segurado ou empregados seus).

4.4 Perda, dano ou despesa causada por vício próprio, ou alteração proveniente da natureza intrínseca do objecto seguro (excepto perda, dano ou despesa resultante de variações de temperatura como especificamente coberto na alínea 1.2 acima).

4.5 Perda, dano ou despesa cuja causa próxima seja demora, ainda que tal demora seja resultante de um risco seguro (excepto as despesas que forem indemnizáveis ao abrigo do n.º 2 acima);

4.6 Perda, dano ou despesa resultante da insolvência ou dificuldades financeiras dos proprietários, fretadores, operadores ou de quem tenha a administração do navio;

4.7 Perda, dano ou despesa resultante do uso de qualquer arma de guerra que empregue fusão nuclear ou atómica e/ou fusão ou outra reacção idêntica, força ou substância radioactiva;

4.8 Perda, dano ou despesa resultante do facto do Segurado ou dos seus empregados não tomarem todas as devidas precauções para que os produtos seguros sejam mantidos em câmaras frigoríficas ou, quando isso seja reconhecido como adequado e suficiente, em locais próprios devidamente isolados e refrigerados;

4.9 Perda, dano ou despesa indemnizável ao abrigo desta

Apólice, se a Seguradora não for prontamente informada do acidente que esteve na origem de tal perda, dano ou despesa, informação essa que nunca poderá exceder o prazo de 30 dias após o terminus do seguro;

4.10 Perda, dano ou despesa resultantes de embargo, rejeição, proibição ou detenção dos produtos seguros, pelos Governos dos países importadores, suas agências ou departamentos. No entanto, ficam abrangidos a perda ou dano resultante de riscos cobertos por esta Apólice, desde que tenham ocorrido antes de tal embargo, rejeição, proibição ou detenção.

5.

5.1 Em caso algum este seguro cobre a perda, dano ou despesa resultante de:

- inavaliabilidade do navio ou embarcação.

- inadequação do navio, embarcação, outros meios de transporte, contentor ou «liftvan», para o transporte, em segurança, do objecto seguro

desde que o Segurado ou os seus empregados tenham conhecimento de tal inavaliabilidade ou inadequação no momento em que o objecto seguro nele é carregado.

5.2 A Seguradora renuncia a declarar a sua não responsabilidade no caso de quebra de garantia implícita da navegabilidade do navio ou da sua adequação para transportar o objecto seguro para o destino, a não ser quando o Segurado ou os seus empregados tenham prévio conhecimento de tal situação.

6. Em caso algum este seguro cobre,



perda, dano ou despesa causada por:

- 6.1** Guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição ou conflitos civis resultantes desses factos, ou qualquer acto hostil cometido por ou contra um poder beligerante;
 - 6.2** Captura, apreensão, arresto, restrição ou detenção (exceptuando pirataria), bem como as consequências desses actos ou de qualquer tentativa para os executar;
 - 6.3** Minas, torpedos, bombas ou quaisquer outras armas de guerra, abandonadas ou à deriva.
- 7.** Em caso algum este seguro cobre, perda, dano ou despesa:
- 7.1** Causada por grevistas, trabalhadores em «lock out» ou pessoas tomando parte em distúrbios laborais, tumultos ou comoções civis;
 - 7.2** Resultantes de greves, «lock out», distúrbios laborais ou comoções civis;
 - 7.3** Causados por terroristas ou qualquer pessoa actuando por motivos políticos.

DURAÇÃO

8.

- 8.1** Este seguro inicia-se no momento em que os objectos seguros armazenados nas câmaras de arrefecimento e/ou congelação da fábrica situada na localidade indicada na apólice, são carregados no meio de transporte para o começo da viagem continua em vigor durante o percurso normal desta e termina
 - 8.1.1** com a sua entrega no armazém frigorífico ou outro local de armazenagem na localidade do destino indicada na apólice,
 - 8.1.2** com a sua entrega em qualquer outro armazém

frigorífico e local de armazenagem, situado na ou antes da localidade de destino indicada na apólice que o Segurado decidirá utilizar quer

8.1.2.1 para armazenagem fora do curso normal de trânsito, quer

8.1.2.2 para repartição ou distribuição

ou

8.1.3 decorridos 5 dias após a conclusão da descarga dos objectos seguros do navio oceânico que os transportou até ao porto final da descarga.

considerando-se destes casos aquele que primeiro ocorrer

8.2 Se, após a descarga do navio oceânico no porto final de descarga, mas antes deste seguro ter terminado, os objectos forem expedidos para um destino diferente daquele para o qual estão seguros, este seguro termina quando se iniciar o transporte para esse outro destino, salvo se, entretanto, tiver cessado nos termos do n.º 8.1;

8.3 Este seguro continuará em vigor (sujeito às disposições acima estabelecidas e às referidas no n.º 9 abaixo) durante demora fora do controlo do Segurado, desvio de rota, descarga forçada, reembarque ou transbordo, assim como durante qualquer alteração da viagem resultante do exercício de um direito concedido aos armadores ou fretadores ao abrigo do contrato de transporte.

9. Se, devido a circunstâncias fora do controlo do Segurado, o contrato de

transporte terminar num porto ou local diferente do de destino nele indicado, ou se a viagem terminar antes da entrega dos objectos de acordo com o que está estabelecido no n.º 8, este seguro terminará também, a não ser que a Seguradora seja prontamente avisada de qualquer desses factos, solicitada a continuação da cobertura e pago o prémio adicional que for requerido, caso em que este seguro se manterá em vigor:

9.1 até que os objectos sejam vendidos e entregues nesse porto ou local ou, se não tiver sido acordado nada em contrário, até à expiração do prazo de 30 dias após a chegada dos objectos seguros a esse porto ou local, conforme o que primeiro ocorrer, ou

9.2 se os objectos forem expedidos dentro do referido período de 30 dias (ou de qualquer extensão desse prazo que tiver sido acordada) para o destino indicado na apólice (ou para qualquer outro), até que termine de acordo com as disposições estabelecidas no n.º 8.

10. Quando, depois do seguro se ter iniciado, o destino é alterado pelo Segurado, o seguro mantém-se em vigor mediante prémio e condições a serem estabelecidas, desde que seja dado à Seguradora um aviso imediato dessa alteração.

RECLAMAÇÕES

11.

11.1 Para que o reclamante possa receber qualquer indemnização ao abrigo desta apólice, deve ter um interesse segurável sobre os objectos seguros no momento da ocorrência do facto que dá lu-

gar à perda.

11.2 Sujeito ao n.º 11.1 acima, o Segurado terá o direito de ser indemnizado por perdas cobertas por este seguro, ocorridas durante o período abrangido pelo mesmo, desde que essas perdas tenham tido lugar depois do seguro ter sido aceite, embora antes do respectivo contrato ter sido formalizado, salvo no caso em que, no momento dessa conclusão, o Segurado fosse já co-nhecedor das mesmas e a Seguradora não.

12. Quando, por virtude da ocorrência de um risco coberto, a viagem segura terminar num porto ou local diferente daquele para o qual os objectos foram seguros, a Seguradora reembolsará quaisquer despesas extra, justificadas e razoavelmente feitas com a descarga, armazenagem e reexpedição dos objectos para o destino para o qual foram seguros. Este n.º 12, que não se aplica em casos de avaria grossa e a despesas de salvamento, fica sujeito às exclusões contidas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7, e não inclui as despesas resultantes de falta, negligência, insolvência ou dificuldades financeiras do Segurado ou dos seus empregados.

13. Não será aceite nenhuma reclamação por perda total construtiva, salvo no caso do objecto seguro ser razoavelmente abandonado por virtude da sua efectiva perda total parecer inevitável ou porque o custo da sua recuperação, recondicionamento e reexpedição para o local de destino para o qual está seguro, excederia o seu valor à chegada a esse local.



6. Se, devido a circunstâncias fora do controlo do Segurado, o contrato de transporte terminar num porto ou local diferente do de destino nele indicado, ou se a viagem terminar antes da entrega dos objectos de acordo com o que está estabelecido no n.º 8, este seguro terminará também, a não ser que a Seguradora seja prontamente avisada de qualquer desses factos, solicitada a continuação da cobertura e pago o prémio adicional que for requerido, caso em que este seguro se manterá em vigor:

6.1. até que os objectos sejam vendidos e entregues nesse porto ou local ou, se não tiver sido acordado nada em contrário, até à expiração do prazo de 60 dias após a chegada dos objectos seguros a esse porto ou local, conforme o que primeiro ocorrer, ou

6.2 se os objectos forem expedidos dentro do referido período de 60 dias (ou de qualquer extensão desse prazo que tiver sido acordada) para o destino indicado na apólice (ou para qualquer outro), até que termine de acordo com as disposições estabelecidas no n.º 8.

7. Quando, depois do seguro se ter iniciado, o destino é alterado pelo Segurado, o seguro mantém-se em vigor mediante prémio e condições a serem estabelecidas, desde que seja dado à Seguradora um aviso imediato dessa alteração.

RECLAMAÇÕES

8.

8.1 Para que o reclamante possa receber qualquer indemnização ao abrigo desta apólice, deve ter um interesse segurável sobre os

objectos seguros no momento da ocorrência do facto que dá lugar à perda.

8.2 Sujeito ao n.º 8.1 acima, o Segurado terá o direito de ser indemnizado por perdas cobertas por este seguro, ocorridas durante o período abrangido pelo mesmo, desde que essas perdas tenham tido lugar depois do seguro ter sido aceite, embora antes do respectivo contrato ter sido formalizado, salvo no caso em que, no momento dessa conclusão, o Segurado fosse já conhecedor das mesmas e a Seguradora não.

9.

9.1 Se o Segurado efectuar qualquer seguro por aumentos de valor sobre os objectos seguros, o valor acordado dos mesmos será considerado como sendo a soma do valor seguro por esta apólice com os valores seguros por todas as apólices de aumento de valor que cubram a perda, e a responsabilidade da Seguradora, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total, sem prejuízo do disposto nos art.ºs 434.º e 435.º do Código Comercial.

No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

9.2 Quando este seguro se referir a um «Seguro de valor aumentado» será aplicável a seguinte disposição:

O valor acordado dos objectos seguros será considerado como sendo igual ao total do valor coberto pelo seguro principal

mais os valores de todos os seguros de valor aumentado cobrindo a perda, que o Segurado tenha efectuado, e a responsabilidade, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total.

No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

BENEFÍCIO DO SEGURO

10. Nenhum transportador ou depositário poderá beneficiar deste seguro.

MINIMIZAÇÃO DE PREJUÍZOS

11. Em caso de sinistro abrangido por esta apólice, o Segurado, seus empregados e agentes obrigam-se a:

11.1 tomar as medidas que sejam razoáveis com o fim de evitar ou minimizar os prejuízos, e

11.2 assegurar que sejam devidamente preservados e exercidos todos os direitos contra os transportadores, depositários ou outros terceiros envolvidos, e a Seguradora reembolsará o Segurado, independentemente do valor de qualquer prejuízo indemnizável, por todas as despesas justificadas e razoavelmente incorridas na execução destas obrigações.

12. As medidas tomadas pelo Segurado ou pela Seguradora com o objectivo de salvar, proteger ou recuperar os objectos seguros, não serão nunca considerados como aceitação ou renúncia de abandono, ou prejudicarão, de qualquer forma, os seus direitos.

OBRIGAÇÕES DE EVITAR DEMORAS

13. É condição deste seguro que o Segurado deverá actuar com razoável prontidão, em todas as circunstâncias que estejam dentro das suas possibilidades e controlo.

§ Único: É necessário que o Segurado dê imediato aviso à Seguradora, quando tome conhecimento de qualquer facto que altere significativamente as condições do seguro e que possa dar lugar ao pagamento de um prémio adicional. O direito a cobertura suplementar fica dependente do cumprimento desta obrigação.



**TRANSPORTE DE MERCADORIAS
(AÉREO)**

(EQUIVALENTE À CL. 259 «I.C.C.
(AIR)» DE 1/1/1982)

RISCOS COBERTOS

1. Este seguro cobre todos os riscos de perda ou dano sofrido pelo objecto seguro com excepção dos casos abaixo referidos nas «EXCLUSÕES» (n.ºs 2, 3 e 4).

EXCLUSÕES

2. Este seguro não cobre, em caso algum:

- 2.1 Perda, dano ou despesa atribuível a actuação dolosa do Segurado;

- 2.2 Derrame normal, perda normal de peso ou volume e desgaste normal devido a uso do objecto seguro;

- 2.3 Perda, dano ou despesa causada por insuficiência ou inadequação de embalagem ou preparação do objecto seguro (para o fim deste n.º 2.3 «embalagem» é considerada como incluindo a estiva num contentor ou «liftvan», mas somente no caso de tal estiva ter sido efectuada antes do início do seguro ou da mesma ter sido feita pelo próprio Segurado ou empregados seus);

- 2.4 Perda, dano ou despesa causada por vício próprio, ou alteração proveniente da natureza intrínseca do objecto seguro;

- 2.5 Perda, dano ou despesa resultante da inadequação do avião, meio de transporte, contentor «liftvan» para o transporte em segurança dos objectos seguros desde que o Segurado

ou os seus empregados tenham conhecimento de tal inadequação na altura em que o carregamento dos objectos seguros é aí feito;

- 2.6 Perda, dano ou despesa cuja causa próxima seja demora, ainda que tal demora seja resultante de um risco seguro;

- 2.7 Perda, dano ou despesa resultante da insolvência ou dificuldades financeiras dos proprietários, fretadores, operadores ou de quem tenha a administração do navio;

- 2.8 Perda, dano ou despesa resultante do uso de qualquer arma de guerra que empregue fusão nuclear ou atómica e/ou fusão ou outra reacção idêntica, força ou substância radioactiva;

3. Em caso algum este seguro cobre, perda, dano ou despesa causada por:

- 3.1 Guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição ou conflitos civis resultantes desses factos, ou qualquer acto hostil cometido por ou contra um poder bligerante;

- 3.2 Captura, apreensão, arresto, restrição ou detenção (exceptuando pirataria), bem como as consequências desses actos ou de qualquer tentativa para os executar;

- 3.3 Minas, torpedos, bombas ou quaisquer outras armas de guerra abandonadas ou à deriva.

4. Em caso algum este seguro cobre, perda, dano ou despesa:

- 4.1 Causada por grevistas, trabalhadores em «lock out» ou pessoas tomando parte em distúrbios de trabalho, tumultos ou comoções civis;

- 4.2 Resultantes de greves, «lock out»,

distúrbios de trabalho, tumultos ou comoções civis;

- 4.3 Causadas por terroristas ou qualquer pessoa actuando por motivos políticos.

DURAÇÃO

5.

- 5.1 Este seguro inicia-se no momento em que os objectos seguros deixam o armazém ou local de armazenagem na localidade indicada na apólice para o começo da viagem, continua em vigor durante o percurso normal desta e termina

- 5.1.1 com a sua entrega no armazém do recebedor ou noutro armazém ou local de armazenagem, na localidade do destino indicada na apólice,

- 5.1.2 com a sua entrega em qualquer outro armazém ou local de armazenagem, situado na ou antes da localidade de destino indicada na apólice que o Segurado decidir utilizar quer

- 5.1.2.1 para armazenagem fora do curso normal de trânsito, quer

- 5.1.2.2 para repartição ou distribuição, ou

- 5.1.3 decorridos 30 dias após a conclusão da descarga dos objectos seguros do avião que os transportou até ao local final de descarga

considerando-se destes casos aquele que primeiro ocorrer.

- 5.2 Se, após a descarga do avião no local final mas antes deste seguro ter terminado, os objectos seguros forem expedidos para um

destino diferente daquele para o qual estão seguros, este seguro termina quando se iniciar o transporte para esse outro destino, salvo se, entretanto, já tiver cessado nos termos no n.º 5.1;

- 5.3 Este seguro continuará em vigor (sujeito às disposições acima estabelecidas e às referidas no n.º 6 abaixo) durante demora fora do controlo do Segurado, desvio de rota, descarga forçada, reembarque ou transbordo, assim como durante qualquer alteração da viagem resultante do exercício de um direito concedido aos armadores ou fretadores ao abrigo do contrato de transporte.

6. Se, devido a circunstâncias fora do controlo do Segurado, o contrato de transporte terminar num porto ou local diferente do de destino nele indicado, ou se a viagem terminar antes da entrega dos objectos de acordo com o que está estabelecido no n.º 8, este seguro terminará também, a não ser que a Seguradora seja prontamente avisada de qualquer desses factos, solicitada a continuação da cobertura e pago o prémio adicional que for requerido, caso em que este seguro se manterá em vigor:

- 6.1 até que os objectos sejam vendidos e entregues nesse local ou, se não tiver sido acordado nada em contrário, até à expiração do prazo de 30 dias após a chegada dos objectos seguros a esse local, conforme o que primeiro ocorrer, ou

- 6.2 se os objectos forem expedidos dentro do referido período de 30 dias (ou de qualquer extensão desse prazo que tiver sido



um navio que transporte o objecto seguro de um porto ou local para outro envolvendo essa viagem uma passagem pelo mar)

6. Quando, depois do seguro se ter iniciado, o destino é alterado pelo Segurado, o seguro mantém-se em vigor mediante prémio e condições a serem estabelecidas, desde que seja dado à Seguradora um aviso imediato dessa alteração.
7. Qualquer disposição contida neste contrato que seja incompatível com os n.ºs 3.7, 3.8 e 5, será, na medida dessa incompatibilidade, nula e de nenhum efeito.

RECLAMAÇÕES

8.

8.1 Para que o reclamante possa receber qualquer indemnização ao abrigo desta apólice, deve ter um interesse segurável sobre os objectos seguros no momento da ocorrência do facto que dá lugar à perda.

8.2 Sujeito ao n.º 8.1 acima, o Segurado terá o direito de ser indemnizado por perdas cobertas por este seguro, ocorridas durante o período abrangido pelo mesmo, desde que essas perdas tenham tido lugar depois do seguro ter sido aceite, embora antes do respectivo contrato ter sido formalizado, salvo no caso em que, no momento dessa conclusão, o Segurado fosse já conhecedor das mesmas e a Seguradora não.

9.

9.1 Se o Segurado efectuar qualquer seguro por aumentos de valor sobre os objectos seguros, o valor acordado dos mesmos será

considerado como sendo a soma do valor seguro por esta apólice com os valores seguros por todas as apólices de aumento de valor que cubram a perda, e a responsabilidade da Seguradora, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total, sem prejuízo do disposto nos art.ºs 434.º e 435.º do Código Comercial.

No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

9.2 Quando este seguro se referir a um «Seguro de valor aumentado» será aplicável a seguinte disposição:

O valor acordado dos objectos seguros será considerado como sendo igual ao total do valor coberto pelo seguro principal mais os valores de todos os seguros de valor aumentado cobrindo a perda, que o Segurado tenha efectuado, e a responsabilidade, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total.

No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

BENEFÍCIO DO SEGURO

10. Nenhum transportador ou depositário poderá beneficiar deste seguro.

MINIMIZAÇÃO DE PREJUÍZOS

11. Em caso de sinistro abrangido por esta apólice, o Segurado, seus empregados e agentes obrigam-se a:

11.1 tomar as medidas que sejam

razoáveis com o fim de evitar ou minimizar os prejuízos, e

11.2 assegurar que sejam devidamente preservados e exercidos todos os direitos contra os transportadores, depositários ou outros terceiros envolvidos, e a Seguradora reembolsará o Segurado, independentemente do valor de qualquer prejuízo indemnizável, por todas as despesas justificadas e razoavelmente incorridas na execução destas obrigações.

12. As medidas tomadas pelo Segurado ou pela Seguradora com o objectivo de salvar, proteger ou recuperar os objectos seguros, não serão nunca considerados como aceitação ou renúncia de abandono, ou prejudicarão, de qualquer forma, os seus direitos.

OBRIGAÇÕES DE EVITAR DEMORAS

13. É condição deste seguro que o Segurado deverá actuar com razoável prontidão, em todas as circunstâncias que estejam dentro das suas possibilidades e controlo.

§ Único: É necessário que o Segurado dê imediato aviso à Seguradora, quando tome conhecimento de qualquer facto que altere significativamente as condições do seguro e que possa dar lugar ao pagamento de um prémio adicional. O direito a cobertura suplementar fica dependente do cumprimento desta obrigação.



um navio que transporte o objecto seguro de um porto ou local para outro envolvendo essa viagem uma passagem pelo mar)

6. Quando, depois do seguro se ter iniciado, o destino é alterado pelo Segurado, o seguro mantém-se em vigor mediante prémio e condições a serem estabelecidas, desde que seja dado à Seguradora um aviso imediato dessa alteração.
7. Qualquer disposição contida neste contrato que seja incompatível com os n.ºs 3.7, 3.8 e 5, será, na medida dessa incompatibilidade, nula e de nenhum efeito.

RECLAMAÇÕES

8.

8.1 Para que o reclamante possa receber qualquer indemnização ao abrigo desta apólice, deve ter um interesse segurável sobre os objectos seguros no momento da ocorrência do facto que dá lugar à perda.

8.2 Sujeito ao n.º 8.1 acima, o Segurado terá o direito de ser indemnizado por perdas cobertas por este seguro, ocorridas durante o período abrangido pelo mesmo, desde que essas perdas tenham tido lugar depois do seguro ter sido aceite, embora antes do respectivo contrato ter sido formalizado, salvo no caso em que, no momento dessa conclusão, o Segurado fosse já conhecedor das mesmas e a Seguradora não.

9.

9.1 Se o Segurado efectuar qualquer seguro por aumentos de valor sobre os objectos seguros, o valor acordado dos mesmos será

considerado como sendo a soma do valor seguro por esta apólice com os valores seguros por todas as apólices de aumento de valor que cubram a perda, e a responsabilidade da Seguradora, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total, sem prejuízo do disposto nos art.ºs 434.º e 435.º do Código Comercial.

No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

9.2 Quando este seguro se referir a um «Seguro de valor aumentado» será aplicável a seguinte disposição:

O valor acordado dos objectos seguros será considerado como sendo igual ao total do valor coberto pelo seguro principal mais os valores de todos os seguros de valor aumentado cobrindo a perda, que o Segurado tenha efectuado, e a responsabilidade, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total.

No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

BENEFÍCIO DO SEGURO

10. Nenhum transportador ou depositário poderá beneficiar deste seguro.

MINIMIZAÇÃO DE PREJUÍZOS

11. Em caso de sinistro abrangido por esta apólice, o Segurado, seus empregados e agentes obrigam-se a:

11.1 tomar as medidas que sejam

razoáveis com o fim de evitar ou minimizar os prejuízos, e

11.2 assegurar que sejam devidamente preservados e exercidos todos os direitos contra os transportadores, depositários ou outros terceiros envolvidos, e a Seguradora reembolsará o Segurado, independentemente do valor de qualquer prejuízo indemnizável, por todas as despesas justificadas e razoavelmente incorridas na execução destas obrigações.

12. As medidas tomadas pelo Segurado ou pela Seguradora com o objectivo de salvar, proteger ou recuperar os objectos seguros, não serão nunca considerados como aceitação ou renúncia de abandono, ou prejudicarão, de qualquer forma, os seus direitos.

OBRIGAÇÕES DE EVITAR DEMORAS

13. É condição deste seguro que o Segurado deverá actuar com razoável prontidão, em todas as circunstâncias que estejam dentro das suas possibilidades e controlo.

§ Único: É necessário que o Segurado dê imediato aviso à Seguradora, quando tome conhecimento de qualquer facto que altere significativamente as condições do seguro e que possa dar lugar ao pagamento de um prémio adicional. O direito a cobertura suplementar fica dependente do cumprimento desta obrigação.



resultante de:

- inavegabilidade do navio ou embarcação
- inadequação do navio, embarcação, outros meios de transporte, contentor ou «liftvan», para o transporte em segurança do objecto seguro desde que o Segurado ou os seus empregados tenham conhecimento de tal inavegabilidade ou inadequação no momento em que o objecto seguro nele é carregado.

4.2 A Seguradora renuncia a declarar a sua não responsabilidade no caso de qualquer quebra garantida implícita da navegabilidade do navio ou da sua adequação para transportar o objecto seguro para o destino, a não ser quando o Segurado ou os seus empregados tenham prévio conhecimento de tal situação.

DURAÇÃO

5.

5.1 Este seguro:

5.1.1 inicia-se somente quando os objectos seguros ou, relativamente a qualquer parte deles, quando essa parte, estiverem carregadas num navio oceânico, e

5.1.2 sujeito ao disposto nos n.ºs 5.2 e 5.3, termina quando os objectos seguros ou, relativamente a qualquer parte deles, quando essa parte, são descarregados do navio oceânico no porto ou local final de descarga, ou decorridos 15 dias contados desde a meia noite do dia da chegada do navio ao porto ou local final de descarga;

considerando-se destes casos aquele que primeiro ocorrer.

Não obstante, quando o navio sai do porto ou local final de descarga sem ter descarregado os objectos seguros, desde que a Seguradora seja imediatamente avisada desse facto, e pago o prémio adicional que for requerido, este seguro

5.1.3 retoma os seus efeitos quando o navio sai daquele porto ou local, e

5.1.4 sujeito ao disposto nos n.ºs 5.2 e 5.3, termina quando os objectos seguros ou, relativamente a qualquer parte deles, quando essa parte, são posteriormente descarregados no novo porto ou local de descarga, ou decorridos 15 dias contados desde a meia noite do dia da chegada do navio a esse porto ou local,

considerando-se destes casos aquele que primeiro ocorrer.

5.2 Se, durante a viagem segura, o navio descarregar os objectos seguros num porto ou local de arribada ou num porto ou local intermédio, a fim dos mesmos serem posteriormente transportados por outro navio ou por avião, sujeito ao disposto em 5.3 e desde que seja pago o prémio adicional que a Seguradora requerer, este seguro mantém-se em vigor até à expiração do prazo de 15 dias contados desde a meia noite do dia da chegada do navio a esse porto ou local. Após a expiração desse prazo, o seguro só retomará os seus efeitos quando os objectos seguros ou, relativamente a qualquer parte deles, quando essa

parte, são de novo carregados num navio de transporte oceânico ou avião.

No caso dos objectos seguros descarregados, o seguro só se mantém em vigor, durante o referido período, enquanto os objectos permanecerem nesse porto ou local.

Se os objectos forem transportados dentro do dito prazo de 15 dias ou se o seguro retomar os seus efeitos de harmonia com o estabelecido neste número 5.2, aplicam-se-lhe:

5.2.1 as condições destas cláusulas, no caso desse transporte se fazer em navio oceânico;

5.2.2 as «cláusulas de guerra-carga aérea (excepto remessas por correio)» no caso desse transporte ser feito em avião.

5.3 Se a viagem terminar num porto ou local que não seja o de destino estabelecido no contrato de transporte, tal porto ou local será considerado como porto de descarga final e o seguro termina de acordo com o número 5.1.2.

Se o objecto for subsequentemente reembarcado para o destino original ou outro diferente, desde que desse facto seja dado aviso à Seguradora antes do início desse trânsito posterior, e pago o prémio adicional que a Seguradora requerer, este seguro retoma os seus efeitos:

5.3.1 no caso dos objectos seguros terem sido descarregados, quando os mesmos ou, relativamente a qualquer parte deles, essa parte, estiverem carregados no navio transportador para

efeitos da nova viagem

5.3.2 no caso dos objectos seguros não terem sido descarregados, quando o navio original sair do porto final de descarga, terminando de acordo com o disposto em 5.1.4.

5.4 O seguro contra os riscos de minas e torpedos abandonados, flutuantes ou submersos, é extensivo enquanto os objectos seguros, ou qualquer parte deles, estiverem em embarcações em trânsito de ou para o navio oceânico, mas em caso algum para além do prazo de 60 dias após a descarga do navio oceânico, salvo prévio acordo da Seguradora.

5.5 Desde que seja dado à Seguradora um aviso imediato, e pago o prémio adicional que esta requerer, este seguro continuará em vigor dentro das disposições destas cláusulas, durante qualquer desvio ou qualquer variação da viagem resultante do exercício dum direito garantido aos armadores ou fretadores ao abrigo do contrato de transporte

(Para efeitos deste número 5, «chegada» será considerado como significando que o navio ancorou, amarrou ou ficou de outra forma seguro num ancoradouro ou local dentro da área da Autoridade Portuária. Se tal ancoradouro não está disponível «chegada» é considerado como tendo ocorrido quando o navio ancorou, amarrou ou ficou de outra forma seguro, em primeiro lugar, no ou fora do porto ou local de descarga planeado. «Navio oceânico» será considerado como significando



CLÁUSULA - AG/005

TRANSPORTE DE MERCADORIAS (EXCLUSÃO DE CONTAMINAÇÃO RADIOACTIVA)

(EQUIVALENTE À CL. 356 «I.C.C.» DE
1/10/1990)

ESTA CLÁUSULA SERÁ SOBERANA E ELIMINARÁ QUALQUER OUTRA QUE LHE SEJA CONTRADITÓRIA NA PRESENTE APÓLICE

Em nenhum caso este seguro cobrirá a responsabilidade por perda, dano ou despesa, directa ou indirectamente causada/contribuída por, ou resultante de:

1. Radiações iónicas ou contaminação por radioactividade resultantes de qualquer desperdício nuclear ou de combustão de combustível nuclear;
2. Propriedades radioactivas, tóxicas, explosivas ou outras perigosas ou contaminantes derivadas de qualquer instalação nuclear, reactor, ou qualquer montagem nuclear ou componente nuclear;
3. Qualquer arma de guerra que utilize cisão nuclear ou atómica e/ou fusão ou outra reacção semelhante ou força ou substância radioactiva.

CLÁUSULA - AG/006

TRANSPORTE DE MERCADORIAS (GUERRA)

(EQUIVALENTE À CL. 255 «INSTITUTE WAR CLAUSES (CARGO)» DE
1/1/1982)

RISCOS COBERTOS

1. Com excepção das exclusões contidas nos n.ºs 3 e 4 este seguro cobre a perda ou dano sofrido pelos objectos seguros causados por:
 - 1.1 Guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição ou conflitos civis resultantes desses factos, ou qualquer acto hostil cometido por ou contra um poder bligerante;
 - 1.2 Captura, apreensão, arresto, restrição ou detenção resultantes dos riscos cobertos sob o n.º 1.1 acima, bem como as consequências desses actos ou de qualquer tentativa para os executar;
 - 1.3 Minas, torpedos, bombas ou outras armas de guerra abandonadas ou à deriva.
2. Fica também abrangida a contribuição que impenda sobre o objecto seguro, em despesas de salvamento ou em regulação de avaria grossa elaborada de acordo com o estabelecido no contrato de transporte e/ou na lei e prática aplicável, em virtude de actos praticados com o fim de evitar uma perda, ou com tal objectivo relacionados, em consequência de um risco coberto ao abrigo destas cláusulas.

EXCLUSÕES

3. Este seguro não cobre, em caso algum:

- 3.1 Perda, dano ou despesa atribuível a actuação dolosa do Segurado;
- 3.2 Derrame normal, perda normal de peso ou volume e desgaste normal devido a uso do objecto seguro;
- 3.3 Perda, dano ou despesa causada por insuficiência ou inadequação de embalagem ou preparação do objecto seguro (para o fim deste n.º 3.3 «embalagem» é considerada como incluindo a estiva num contentor ou «liftvan», mas somente no caso de tal estiva ter sido efectuada antes do início do seguro ou da mesma ter sido feita pelo próprio Segurado ou empregados seus);
- 3.4 Perda, dano ou despesa causada por vício próprio, ou alteração proveniente da natureza intrínseca do objecto seguro;
- 3.5 Perda, dano ou despesa cuja causa próxima seja demora, ainda que tal demora seja resultante de um risco seguro (excepto as despesas que forem indemnizáveis ao abrigo do n.º 2 acima);
- 3.6 Perda, dano ou despesa resultante da insolvência ou dificuldades financeiras dos proprietários, fretadores, operadores ou de quem tenha a administração do navio;
- 3.7 Qualquer reclamação baseada na perda ou malogro da viagem;
- 3.8 Perda, dano ou despesa resultante do uso hostil de qualquer arma de guerra que empregue fusão nuclear ou atómica e/ou fusão ou outra reacção idêntica, força ou substância radioactiva;

4.

- 4.1 Em caso algum este seguro cobre a perda, dano ou despesa



armazenagem e reexpedição dos objectos para o destino para o qual foram seguros.

Este n.º 12, que não se aplica em casos de avaria grossa e a despesas de salvamento, fica sujeito às exclusões contidas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7 e não inclui as despesas resultantes de falta, negligência, insolvência ou dificuldades financeiras do Segurado ou dos seus empregados.

13. Não será aceite nenhuma reclamação por perda total construtiva, salvo no caso do objecto seguro ser razoavelmente abandonado por virtude da sua efectiva perda total parecer inevitável ou porque o custo da sua recuperação, reacondicionamento e reexpedição para o local de destino para o qual está seguro, excederia o seu valor à chegada a esse local.

14.

14.1 Se o Segurado efectuar qualquer seguro por aumentos de valor sobre os objectos seguros, o valor acordado dos mesmos será considerado como sendo a soma do valor seguro por esta apólice com os valores seguros por todas as apólices de aumento de valor que cubram a perda, e a responsabilidade da Seguradora, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total, sem prejuízo do disposto nos artigos 434.º e 435.º do Código Comercial. No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

- 14.2 Quando este seguro se referir a um «seguro de valor aumentado» será aplicável a seguinte disposição:
O valor acordado dos objectos seguros será considerado

como sendo igual ao total do valor coberto pelo seguro principal mais os valores de todos os seguros de valor aumentado cobrindo a perda, que o Segurado tenha efectuado, e a responsabilidade, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total.

No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

BENEFÍCIO DO SEGURO

15. Nenhum transportador ou depositário poderá beneficiar deste seguro.

MINIMIZAÇÃO DE PREJUÍZOS

16. Em caso de sinistro abrangido por esta apólice, o Segurado, seus empregados e agentes obrigam-se a:

16.1 tomar as medidas que sejam razoáveis com o fim de evitar ou minimizar os prejuízos, e

16.2 assegurar que sejam devidamente preservados e exercidos todos os direitos contra os transportadores, depositários ou outros terceiros envolvidos,

e a Seguradora reembolsará o Segurado, independentemente do valor de qualquer prejuízo indemnizável, por todas as despesas justificadas e razoavelmente incorridas na execução destas obrigações.

17. As medidas tomadas pelo Segurado ou pela Seguradora com o objectivo de salvar, proteger ou recuperar os objectos seguros, não serão nunca considerados como aceitação ou renúncia de abandono, ou prejudicarão, de qualquer forma, os seus direitos.

OBRIGAÇÕES DE EVITAR DEMORAS

18. É condição deste seguro que o Segurado deverá actuar com razoável prontidão, em todas as circunstâncias que estejam dentro das suas possibilidades e controlo.

§ Único: É necessário que o Segurado dê imediato aviso à Seguradora, quando tome conhecimento de qualquer facto que altere significativamente as condições do seguro e que possa dar lugar ao pagamento de um prémio adicional.

O direito a cobertura suplementar fica dependente do cumprimento desta obrigação.



ficuldades financeiras dos proprietários, fretadores, operadores ou de quem tenha a administração do navio;

- 4.7** Dano ou destruição deliberada do objecto seguro ou de qualquer parte dele, resultante de um acto ilegal de qualquer pessoa ou pessoas.
- 4.8** Perda, dano ou despesa resultante do uso de qualquer arma de guerra que empregue fusão nuclear ou atómica e/ou fusão ou outra reacção idêntica, força ou substância radioactiva;
- 5.**
- 5.1** Em caso algum este seguro cobre a perda, dano ou despesa resultante de:
- inavergabilidade do navio ou embarcação
 - inadequação do navio, embarcação, outros meios de transporte, contentor ou «liftvan», para o transporte em segurança do objecto seguro desde que o Segurado ou os seus empregados tenham conhecimento de tal inavergabilidade ou inadequação no momento em que o objecto seguro nele é carregado.
- 5.2** A Seguradora renuncia a declarar a sua não responsabilidade no caso de qualquer quebra garantida implícita da navegabilidade do navio ou da sua adequação para transportar o objecto seguro para o destino, a não ser quando o Segurado ou os seus empregados tenham prévio conhecimento de tal situação.
- 6.** Em caso algum este seguro cobre, perda, dano ou despesa causada por:
- 6.1** Guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição ou conflitos civis resultantes desses factos, ou qualquer acto hostil cometido por ou contra um poder blligente;

- 6.2** Captura, apreensão, arresto, restrição ou detenção bem como as consequências desses actos ou de qualquer tentativa para os executar;
- 6.3** Minas, torpedos, bombas ou quaisquer outras armas de guerra abandonadas ou à deriva.

- 7.** Em caso algum este seguro cobre perda, dano ou despesa:

- 7.1** Causada por grevistas, trabalhadores em «lock-out» ou pessoas tomando parte em distúrbios de trabalho, tumultos ou comoções civis;
- 7.2** Resultantes de greves, «lock-out», distúrbios de trabalho, tumultos ou comoções civis;
- 7.3** Causadas por terroristas ou qualquer pessoa actuando por motivos políticos.

DURAÇÃO

8.

- 8.1** Este seguro inicia-se no momento em que os objectos seguros deixam o armazém ou local de armazenagem na localidade indicada na apólice para o começo da viagem, continua em vigor durante o percurso normal desta e termina

- 8.1.1** com a sua entrega no armazém do recebedor ou noutro armazém ou local de armazenagem, na localidade do destino indicada na apólice,

- 8.1.2** com a sua entrega em qualquer outro armazém ou local de armazenagem, situado na ou antes da localidade de destino indicada na apólice que o Segurado decidir utilizar quer

- 8.1.2.1** para armazenagem fora do curso normal de trânsito, quer

- 8.1.2.2** para repartição ou distribuição ou

- 8.1.3** decorridos 60 dias após a conclusão da descarga dos objectos seguros do navio oceânico que os transportou até ao porto final da descarga

considerando-se destes casos aquele que primeiro ocorrer

- 8.2** Se, após a descarga do navio oceânico no porto final da descarga, mas antes deste seguro ter terminado, os objectos forem expedidos para um destino diferente daquele para o qual estão seguros, este seguro termina quando se iniciar o transporte para esse outro destino, salvo se, entretanto, já tiver cessado nos termos do n.º 8.1;

- 8.3** Este seguro continuará em vigor (sujeito às disposições acima estabelecidas e às referidas no n.º 9 abaixo) durante demora fora do controlo do Segurado, desvio de rota, descarga forçada, reembarque ou transbordo, assim como durante qualquer alteração da viagem resultante do exercício de um direito concedido aos armadores ou fretadores ao abrigo do contrato de transporte.

- 9.** Se, devido a circunstâncias fora do controlo do Segurado, o contrato de transporte terminar num porto ou local diferente do de destino nele indicado, ou se a viagem terminar antes da entrega dos objectos de acordo com o que está estabelecido no n.º 8, este seguro terminará também, a não ser que a Seguradora seja prontamente avisada de qualquer desses factos, solicitada a continuação da cobertura e pago o prémio adicional que for requerido, caso em que este seguro se manterá em vigor:

- 9.1** até que os objectos sejam vendidos e entregues nesse porto ou local ou, se não tiver sido acordado nada em contrário, até à expiração do prazo de 60 dias após a chegada dos objectos seguros

a esse porto ou local, conforme o que primeiro ocorrer, ou

- 9.2** se os objectos forem expedidos dentro do referido período de 60 dias (ou de qualquer extensão desse prazo que tiver sido acordada) para o destino indicado na apólice (ou para qualquer outro), até que termine de acordo com as disposições estabelecidas no n.º 8.

- 10.** Quando, depois do seguro se ter iniciado, o destino é alterado pelo Segurado, o seguro mantém-se em vigor mediante prémio e condições a serem estabelecidas, desde que seja dado à Seguradora um aviso imediato dessa alteração.

RECLAMAÇÕES

11.

- 11.1** Para que o reclamante possa receber qualquer indemnização ao abrigo desta apólice, deve ter um interesse segurável sobre os objectos seguros no momento da ocorrência do facto que dá lugar à perda.

- 11.2** Sujeito ao n.º 11.1 acima, o Segurado terá o direito de ser indemnizado por perdas cobertas por este seguro, ocorridas durante o período abrangido pelo mesmo, desde que essas perdas tenham tido lugar depois do seguro ter sido aceite, embora antes do respectivo contrato ter sido formalizado, salvo no caso em que, no momento dessa conclusão, o Segurado fosse já conhecedor das mesmas e a Seguradora não.

- 12.** Quando, por virtude da ocorrência de um risco coberto, a viagem segura terminar num porto ou local diferente daquele para o qual os objectos foram seguros, a Seguradora reembolsará quaisquer despesas extra, justificadas e razoavelmente feitas com a descarga,



relação a esse valor total. No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

BENEFÍCIO DO SEGURO

15. Nenhum transportador ou depositário poderá beneficiar deste seguro.

MINIMIZAÇÃO DE PREJUÍZOS

16. Em caso de sinistro abrangido por esta apólice, o Segurado, seus empregados e agentes obrigam-se a:

16.1 tomar as medidas que sejam razoáveis com o fim de evitar ou minimizar os prejuízos,

e

16.2 assegurar que sejam devidamente preservados e exercidos todos os direitos contra os transportadores, depositários ou outros terceiros envolvidos, e a Seguradora reembolsará o Segurado, independentemente do valor de qualquer prejuízo indemnizável, por todas as despesas justificadas e razoavelmente incorridas na execução destas obrigações.

17. As medidas tomadas pelo Segurado ou pela Seguradora com o objectivo de salvar, proteger ou recuperar os objectos seguros, não serão nunca considerados como aceitação ou renúncia de abandono, ou prejudicarão, de qualquer forma, os seus direitos.

OBRIGAÇÕES DE EVITAR DEMORAS

18. É condição deste seguro que o Segurado deverá actuar com razoável prontidão, em todas as circunstâncias que estejam dentro das suas possibilidades e controlo.

§ Único: É necessário que o Segurado dê imediato aviso à Seguradora, quando tome conhecimento de qualquer facto que altere significativamente as condições do seguro e que possa dar lugar ao pagamento de um prémio adicional. O direito a cobertura suplementar fica dependente do cumprimento desta obrigação.

CLÁUSULA - AG/004

TRANSPORTE DE MERCADORIAS "C"

(EQUIVALENTE À CL. 254 «I.C.C. (C)»
DE 1/1/1982)

RISCOS COBERTOS

1. Com excepção das exclusões contidas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7 este seguro cobre:

1.1 Perda ou dano sofrido pelo objecto seguro razoavelmente atribuível a:

1.1.1 Fogo ou explosão.

1.1.2 Encalhe ou afundamento do navio ou embarcação e ainda a sua viragem devido a falta de estabilidade transversal (emborcar).

1.1.3 Capotamento ou descarilamento do meio transportador terrestre.

1.1.4 Colisão ou contacto do navio, embarcação ou meio de transporte com qualquer objecto externo que não seja água.

1.1.5 Descarga num porto de arribada.

1.2 Perda ou dano sofrido pelo objecto seguro causado por:

1.2.1 Sacrifício de avaria grossa.

1.2.2 Alijamento.

2. Fica também abrangida a contribuição que impenda sobre o objecto seguro, em despesas de salvamento ou em regulação de avaria grossa elaborada de acordo com o estabelecido no contrato de transporte e/ou na lei e prática aplicável, em virtude de actos praticados com o fim de evitar uma perda, ou com tal objectivo relacionados, em consequência de qualquer causa, com excepção daquelas que são excluídas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7 desta cláusula ou em qualquer outra parte do contrato de seguro.

3. O Segurado será também indemnizado, nos mesmos termos em que o for por um prejuízo abrangido pelo âmbito de cobertura da apólice, pela responsabilidade que lhe caiba nos termos da cláusula «responsabilidade mútua em caso de colisão» inserida no contrato de transporte.

No caso de lhe ser presente qualquer reclamação ao abrigo da citada cláusula, o Segurado obrigase a dar imediato conhecimento desse facto à Seguradora, a qual terá o direito de, com custas e despesas a seu cargo, defender o Segurado contra tal reclamação.

EXCLUSÕES

4. Este seguro não cobre, em caso algum:

4.1 Perda, dano ou despesa atribuível a actuação dolosa do Segurado;

4.2 Derrame normal, perda normal de peso ou volume e desgaste normal devido a uso do objecto seguro;

4.3 Perda, dano ou despesa causada por insuficiência ou inadequação de embalagem ou preparação do objecto seguro (para o fim deste n.º 4.3 «embalagem» é considerada como incluindo a estiva num contentor ou «liftvan», mas somente no caso de tal estiva ter sido efectuada antes do início do seguro ou da mesma ter sido feita pelo próprio Segurado ou empregados seus).

4.4 Perda, dano ou despesa causada por vício próprio, ou alteração proveniente da natureza intrínseca do objecto seguro.

4.5 Perda, dano ou despesa cujo causa próxima seja demora, ainda que tal demora seja resultante de um risco seguro (excepto as despesas que forem indemnizáveis ao abrigo do n.º 2 acima);

4.6 Perda, dano ou despesa resultante da insolvência ou di-



qualquer pessoa actuando por motivos políticos.

DURAÇÃO

8.

8.1 Este seguro inicia-se no momento em que os objectos seguros deixam o armazém ou local de armazenagem na localidade indicada na apólice para o começo da viagem, continua em vigor durante o percurso normal desta e termina

8.1.1 com a sua entrega no armazém do recebedor ou noutra armazém ou local de armazenagem, na localidade do destino indicada na apólice,

8.1.2 com a sua entrega em qualquer outro armazém ou local de armazenagem, situado na ou antes da localidade de destino indicada na apólice que o Segurado decidir utilizar quer

8.1.2.1 para armazenagem fora do curso normal de trânsito, quer

8.1.2.2 para repartição ou distribuição

ou

8.1.3 decorridos 60 dias após a conclusão da descarga dos objectos seguros do navio oceânico que os transportou até ao porto final da descarga considerando-se destes casos aquele que primeiro ocorrer

8.2 Se, após a descarga do navio oceânico no porto final da descarga, mas antes deste seguro ter terminado, os objectos forem expedidos para um destino diferente daquele para o qual estão seguros, este seguro termina quando se iniciar o transporte para esse outro destino, salvo se, entretanto, já tiver cessado nos termos do n.º 8.1;

8.3 Este seguro continuará em vigor (sujeito às disposições acima estabelecidas e às referidas no n.º 9 abaixo) durante demora fora do controlo do Segurado, desvio de rota, descarga forçada, reembarque ou transbordo, assim como durante qualquer alteração da viagem resultante do exercício de um direito concedido aos armadores ou fretadores ao abrigo do contrato de transporte.

9. Se, devido a circunstâncias fora do controlo do Segurado, o contrato de transporte terminar num porto ou local diferente do de destino nele indicado, ou se a viagem terminar antes da entrega dos objectos de acordo com o que está estabelecido no n.º 8, este seguro terminará também, a não ser que a Seguradora seja prontamente avisada de qualquer desses factos, solicitada a continuação da cobertura e pago o prémio adicional que for requerido, caso em que este seguro se manterá em vigor:

9.1 até que os objectos sejam vendidos e entregues nesse porto ou local ou, se não tiver sido acordado nada em contrário, até à expiração do prazo de 60 dias após a chegada dos objectos seguros a esse porto ou local, conforme o que primeiro ocorrer,

ou

9.2 se os objectos forem expedidos dentro do referido período de 60 dias (ou de qualquer extensão desse prazo que tiver sido acordada) para o destino indicado na apólice (ou para qualquer outro), até que termine de acordo com as disposições estabelecidas no n.º 8.

10. Quando, depois do seguro se ter iniciado, o destino é alterado pelo Segurado, o seguro mantém-se em

vigor mediante prémio e condições a serem estabelecidas, desde que seja dado à Seguradora um aviso imediato dessa alteração.

RECLAMAÇÕES

11.

11.1 Para que o reclamante possa receber qualquer indemnização ao abrigo desta apólice, deve ter um interesse segurável sobre os objectos seguros no momento da ocorrência do facto que dá lugar à perda.

11.2 Sujeito ao n.º 11.1 acima, o Segurado terá o direito de ser indemnizado por perdas cobertas por este seguro, ocorridas durante o período abrangido pelo mesmo, desde que essas perdas tenham tido lugar depois do seguro ter sido aceite, embora antes do respectivo contrato ter sido formalizado, salvo no caso em que, no momento dessa conclusão, o Segurado fosse já conhecedor das mesmas e a Seguradora não.

12. Quando, por virtude da ocorrência de um risco coberto, a viagem segura terminar num porto ou local diferente daquele para o qual os objectos foram seguros, a Seguradora reembolsará quaisquer despesas extra, justificada e razoavelmente feitas com a descarga, armazenagem e reexpedição dos objectos para o destino para o qual foram seguros.

Este n.º 12, que não se aplica em casos de avaria grossa e a despesas de salvamento, fica sujeito às exclusões contidas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7, e não inclui as despesas resultantes de falta, negligência, insolvência ou dificuldades financeiras do Segurado ou dos seus empregados.

13. Não será aceite nenhuma reclamação por perda total construtiva, salvo no caso do objecto seguro ser razoavelmente abandonado por virtude da sua efectiva perda total parecer inevitável ou porque o custo da sua recuperação, reacondicionamento e reexpedição para o local de destino para o qual está seguro, excederia o seu valor à chegada a esse local.

14.

14.1 Se o Segurado efectuar qualquer seguro por aumentos de valor sobre os objectos seguros, o valor acordado dos mesmos será considerado como sendo a soma do valor seguro por esta apólice com os valores seguros por todas as apólices de aumento de valor que cubram a perda, e a responsabilidade da Seguradora, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total, sem prejuízo do disposto nos artigos 434.º e 435.º do Código Comercial. No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

14.2 Quando este seguro se referir a um «seguro de valor aumentado» será aplicável a seguinte disposição:

O valor acordado dos objectos seguros será considerado como sendo igual ao total do valor coberto pelo seguro principal mais os valores de todos os seguros de valor aumentado cobrindo a perda, que o Segurado tenha efectuado, e a responsabilidade, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em



TRANSPORTE DE MERCADORIAS "B"

**(EQUIVALENTE À CL. 253 «I.C.C. (B)»
DE 1/1/1982)**

RISCOS COBERTOS

1. Com excepção das exclusões contidas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7 este seguro cobre:

1.1 Perda ou dano sofrido pelo objecto seguro razoavelmente atribuível a:

1.1.1 Fogo ou explosão.

1.1.2 Encalhe ou afundamento do navio ou embarcação e ainda a sua viragem devido a falta de estabilidade transversal (emborcar).

1.1.3 Capotamento ou descarrilamento do meio transportador terrestre.

1.1.4 Colisão ou contacto do navio, embarcação ou meio de transporte com qualquer objecto externo que não seja água.

1.1.5 Descarga num porto de arribada.

1.1.6 Terramoto, erupção vulcânica ou raio.

1.2 Perda ou dano sofrido pelo objecto seguro causado por:

1.2.1 Sacrifício de avaria grossa.

1.2.2 Alijamento ou arrebatamento pelas ondas.

1.2.3 Entrada de água do mar, de lago ou de rio dentro do porão do navio ou embarcação, meio de transporte, contentor, «liftvan» ou local de armazenagem.

1.3 Perda total de qualquer volume por cima da borda ou

caído nos actos de carga ou descarga do navio ou embarcação.

2. Fica também abrangida a contribuição que impenda sobre o objecto seguro, em despesas de salvamento ou em regulação de avaria grossa elaborada de acordo com o estabelecido no contrato de transporte e/ou na lei e prática aplicável, em virtude de actos praticados com o fim de evitar uma perda, ou com tal objectivo relacionados, em consequência de qualquer causa, com excepção daquelas que são excluídas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7 desta cláusula ou em qualquer outra parte do contrato de seguro.

3. O Segurado será também indemnizado, nos mesmos termos em que o for por um prejuízo abrangido pelo âmbito de cobertura da apólice, pela responsabilidade que lhe caiba nos termos da cláusula «responsabilidade mútua em caso de colisão» inserida no contrato de transporte.

No caso de lhe ser presente qualquer reclamação ao abrigo da citada cláusula, o Segurado obriga-se a dar imediato conhecimento desse facto à Seguradora, a qual terá o direito de, com custas e despesas a seu cargo, defender o Segurado contra tal reclamação.

EXCLUSÕES

4. Este seguro não cobre, em caso algum:

4.1 Perda, dano ou despesa atribuível a actuação dolosa do Segurado;

4.2 Derrame normal, perda normal de peso ou volume e desgaste normal devido a uso do objecto seguro;

4.3 Perda, dano ou despesa causada por insuficiência ou inadequação de embalagem

ou preparação do objecto seguro (para o fim deste n.º 4.3 «embalagem» é considerada como incluindo a estiva num contentor ou «liftvan», mas somente no caso de tal estiva ter sido efectuada antes do início do seguro ou da mesma ter sido feita pelo próprio Segurado ou empregados seus).

4.4 Perda, dano ou despesa causada por vício próprio, ou alteração proveniente da natureza intrínseca do objecto seguro.

4.5 Perda, dano ou despesa cuja causa próxima seja demora, ainda que tal demora seja resultante de um risco seguro (excepto as despesas que forem indemnizáveis ao abrigo do n.º 2 acima);

4.6 Perda, dano ou despesa resultante da insolvência ou dificuldades financeiras dos proprietários, fretadores, operadores ou de quem tenha a administração do navio;

4.7 Dano ou destruição deliberada do objecto seguro ou de qualquer parte dele, resultante de um acto ilegal de qualquer pessoa ou pessoas.

4.8 Perda, dano ou despesa resultante do uso de qualquer arma de guerra que empregue fusão nuclear ou atómica e/ou fusão ou outra reacção idêntica, força ou substância radioactiva;

5.

5.1 Em caso algum este seguro cobre a perda, dano ou despesa resultante de:
- inavegabilidade do navio ou embarcação
- inadequação do navio, embarcação, outros meios de transporte, contentor ou

«liftvan», para o transporte em segurança do objecto seguro

desde que o Segurado ou os seus empregados tenham conhecimento de tal inavegabilidade ou inadequação no momento em que o objecto seguro nele é carregado.

5.2 A Seguradora renuncia a declarar a sua não responsabilidade no caso de qualquer quebra garantida implícita da navegabilidade do navio ou da sua adequação para transportar o objecto seguro para o destino, a não ser quando o Segurado ou os seus empregados tenham prévio conhecimento de tal situação.

6. Em caso algum este seguro cobre, perda, dano ou despesa causada por:

6.1 Guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição ou conflitos civis resultantes desses factos, ou qualquer acto hostil cometido por ou contra um poder bligerante;

6.2 Captura, apreensão, arresto, restrição ou detenção bem como as consequências desses actos ou de qualquer tentativa para os executar;

6.3 Minas, torpedos, bombas ou quaisquer outras armas de guerra abandonadas ou à deriva.

7. Em caso algum este seguro cobre, perda, dano ou despesa:

7.1 Causada por grevistas, trabalhadores em «lock-out» ou pessoas tomando parte em distúrbios de trabalho, tumultos ou comoções civis;

7.2 Resultantes de greves, «lock-out», distúrbios de trabalho, tumultos ou comoções civis;

7.3 Causadas por terroristas ou



estabelecidas e às referidas no n.º 9) durante demora fora do controlo do Segurado, desvio de rota, descarga forçada, reembarque ou transbordo, assim como durante qualquer alteração da viagem resultante do exercício de um direito concedido aos armadores ou fretadores ao abrigo do contrato de transporte.

9. Se, devido a circunstâncias fora do controlo do Segurado, o contrato de transporte terminar num porto ou local diferente do de destino nele indicado, ou se a viagem terminar antes da entrega dos objectos de acordo com o que está estabelecido no n.º 8, este seguro terminará também, a não ser que a Seguradora seja prontamente avisada de qualquer desses factos, solicitada a continuação da cobertura e pago o prémio adicional que for requerido, caso em que este seguro se manterá em vigor:

9.1 até que os objectos sejam vendidos e entregues nesse porto ou local ou, se não tiver sido acordado nada em contrário, até à expiração do prazo de 60 dias após a chegada dos objectos seguros a esse porto ou local, conforme o que primeiro ocorrer, ou

9.2 se os objectos forem expedidos dentro do referido período de 60 dias (ou de qualquer extensão desse prazo que tiver sido acordada) para o destino indicado na apólice (ou para qualquer outro), até que termine de acordo com as disposições estabelecidas no n.º 8.

10. Quando, depois do seguro se ter iniciado, o destino é alterado pelo Segurado, o seguro mantém-se em vigor mediante prémio e condições a serem estabelecidas, desde que seja dado à Seguradora um aviso imediato dessa alteração.

RECLAMAÇÕES

11.

11.1 Para que o reclamante possa receber qualquer indemnização ao abrigo desta apólice, deve ter um interesse segurável sobre os objectos seguros no momento da ocorrência do facto que dá lugar à perda.

11.2 Sujeito ao n.º 11.1 acima, o Segurado terá o direito de ser indemnizado por perdas cobertas por este seguro, ocorridas durante o período abrangido pelo mesmo, desde que essas perdas tenham tido lugar depois do seguro ter sido aceite, embora antes do respectivo contrato ter sido formalizado, salvo no caso em que, no momento dessa conclusão, o Segurado fosse já conhecedor das mesmas e a Seguradora não.

12. Quando, por virtude da ocorrência de um risco coberto, a viagem segura terminar num porto ou local diferente daquele para o qual os objectos foram seguros, a Seguradora reembolsará quaisquer despesas extra, justificada e razoavelmente feitas com a descarga, armazenagem e reexpedição dos objectos para o qual foram seguros.

Este n.º 12, que não se aplica em casos de avaria grossa e a despesas de salvamento, fica sujeito às exclusões contidas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7 e não inclui as despesas resultantes de falta, negligência, insolvência ou dificuldades financeiras do Segurado ou dos seus empregados.

13. Não será aceite nenhuma reclamação por perda total construtiva, salvo no caso do objecto seguro ser razoavelmente abandonado por virtude da sua efectiva perda total parecer inevitável ou porque o custo da sua recuperação, reacondicionamento e reexpedição para o local de destino para o qual está seguro, excederia o

seu valor à chegada a esse local.

14.

14.1 Se o Segurado efectuar qualquer seguro por aumentos de valor sobre os objectos seguros, o valor acordado dos mesmos será considerado como sendo a soma do valor seguro por esta apólice com os valores seguros por todas as apólices de aumento de valor que cubram a perda, e a responsabilidade da Seguradora, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total, sem prejuízo do disposto nos artigos 434.º e 435.º do Código Comercial. No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

14.2 Quando este seguro se referir a um «seguro de valor aumentado» será aplicável a seguinte disposição: O valor acordado dos objectos seguros será considerado como sendo igual ao total do valor coberto pelo seguro principal mais os valores de todos os seguros de valor aumentado cobrindo a perda, que o Segurado tenha efectuado, e a responsabilidade, ao abrigo desta apólice, corresponderá à proporção do valor seguro pela mesma em relação a esse valor total.

No caso de reclamação, o Segurado deve fornecer à Seguradora elementos de prova dos valores seguros ao abrigo de todas as restantes apólices.

BENEFÍCIO DO SEGURO

15. Nenhum transportador ou depositário

poderá beneficiar deste seguro.

MINIMIZAÇÃO DE PREJUÍZOS

16. Em caso de sinistro abrangido por esta apólice, o Segurado, seus empregados e agentes obrigam-se a:

16.1 tomar as medidas que sejam razoáveis com o fim de evitar ou minimizar os prejuízos, e

16.2 assegurar que sejam devidamente preservados e exercidos todos os direitos contra os transportadores, depositários ou outros terceiros envolvidos,

e a Seguradora reembolsará o Segurado, independentemente do valor de qualquer prejuízo indemnizável, por todas as despesas justificadas e razoavelmente incorridas na execução destas obrigações.

17. As medidas tomadas pelo Segurado ou pela Seguradora com o objectivo de salvar, proteger ou recuperar os objectos seguros, não serão nunca considerados como aceitação ou renúncia de abandono, ou prejudicarão, de qualquer forma, os seus direitos.

OBRIGAÇÕES DE EVITAR DEMORAS

18. É condição deste seguro que o Segurado deverá actuar com razoável prontidão, em todas as circunstâncias que estejam dentro das suas possibilidades e controlo.

§ Único: É necessário que o Segurado dê imediato aviso à Seguradora, quando tome conhecimento de qualquer facto que altere significativamente as condições do seguro e que possa dar lugar ao pagamento de um prémio adicional. O direito a cobertura suplementar fica dependente do cumprimento desta obrigação.



TRANSPORTE DE MERCADORIAS "A"**(EQUIVALENTE À CL. 252 «I.C.C. (A)»
DE 1/1/1982)****RISCOS COBERTOS**

1. Este seguro cobre todos os riscos de perda ou dano sofrido pelo objecto seguro com excepção dos casos abaixo referidos nas "EXCLUSÕES" (n.º 4, 5, 6 e 7).
2. Fica também abrangida a contribuição que impenda sobre o objecto seguro, em despesas de salvamento ou em regulação de avaria grossa elaborada de acordo com o estabelecido no contrato de transporte e/ou na lei e prática aplicável, em virtude de actos praticados com o fim de evitar uma perda, ou com tal objectivo relacionados, em consequência de qualquer causa, com excepção daquelas que são excluídas nos n.ºs 4, 5, 6 e 7 desta cláusula ou em qualquer outra parte do contrato de seguro.
3. O Segurado será também indemnizado, nos mesmos termos em que o for por um prejuízo abrangido pelo âmbito de cobertura da apólice, pela responsabilidade que lhe caiba nos termos da cláusula «responsabilidade mútua em caso de colisão» inserida no contrato de transporte. No caso de lhe ser presente qualquer reclamação ao abrigo da citada cláusula, o Segurado obriga-se a dar imediato conhecimento desse facto à Seguradora, a qual terá o direito de, com custas e despesas a seu cargo, defender o Segurado contra tal reclamação.

EXCLUSÕES

4. Este seguro não cobre, em caso algum:

- 4.1 Perda, dano ou despesa atribuível a actuação dolosa do Segurado;
 - 4.2 Derrame normal, perda normal de peso ou volume e desgaste normal devido a uso do objecto seguro;
 - 4.3 Perda, dano ou despesa causada por insuficiência ou inadequação de embalagem ou preparação do objecto seguro (para o fim deste n.º 4.3 «embalagem» é considerada como incluindo a estiva num contentor ou «liftvan», mas somente no caso de tal estiva ter sido efectuada antes do início do seguro ou da mesma ter sido feita pelo próprio Segurado ou empregados seus).
 - 4.4 Perda, dano ou despesa causada por vício próprio, ou alteração proveniente da natureza intrínseca do objecto seguro.
 - 4.5 Perda, dano ou despesa cuja causa próxima seja demora, ainda que tal demora seja resultante de um risco seguro (excepto as despesas que forem indemnizáveis ao abrigo do n.º 2 acima);
 - 4.6 Perda, dano ou despesa resultante da insolvência ou dificuldades financeiras dos proprietários, fretadores, operadores ou de quem tenha a administração do navio;
 - 4.7 Perda, dano ou despesa resultante do uso de qualquer arma de guerra que empregue fusão nuclear ou atómica e/ou fusão ou outra reacção idêntica, força ou substância radioactiva;
- 5.
 - 5.1 Em caso algum este seguro cobre a perda de:
 - in navegabilidade do navio ou embarcação
 - inadequação do navio, embarcação, outros meios de transporte, contentor ou

«liftvan», para o transporte em segurança do objecto seguro. desde que o Segurado ou os seus empregados tenham conhecimento de tal in navegabilidade ou inadequação no momento em que o objecto seguro nele é carregado.

- 5.2 A Seguradora renuncia a declarar a sua não responsabilidade no caso de qualquer quebra garantida implícita da navegabilidade do navio ou da sua adequação para transportar o objecto seguro para o destino, a não ser quando o Segurado ou os seus empregados tenham prévio conhecimento de tal situação.
6. Em caso algum este seguro cobre, perda, dano ou despesa causada por:
 - 6.1 Guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição ou conflitos civis resultantes desses factos; ou qualquer acto hostil cometido por ou contra um poder belligerante;
 - 6.2 Captura, apreensão, arresto, restrição ou detenção (exceptuando pirataria), bem como as consequências desses actos ou de qualquer tentativa para os executar;
 - 6.3 Minas, torpedos, bombas ou quaisquer outras armas de guerra abandonadas ou à deriva.
7. Em caso algum este seguro cobre perda, dano ou despesa:
 - 7.1 Causada por grevistas, trabalhadores em «lock-out» ou pessoas tomando parte em distúrbios de trabalho, tumultos ou comoções civis;
 - 7.2 Resultantes de greves, «lock-out», distúrbios de trabalho, tumultos ou comoções civis;
 - 7.3 Causadas por terroristas ou qualquer pessoa actuando por motivos políticos.

DURAÇÃO**8.**

- 8.1 Este seguro inicia-se no momento

em que os objectos seguros deixam o armazém ou local de armazenagem na localidade indicada na apólice para o começo da viagem, continua em vigor durante o percurso normal desta e termina:

- 8.1.1 com a sua entrega no armazém do recebedor ou noutro armazém ou local de armazenagem, na localidade do destino indicada na apólice,
- 8.1.2 com a sua entrega em qualquer outro armazém ou local de armazenagem, situado na ou antes da localidade de destino indicada na apólice que o Segurado decidir utilizar quer
 - 8.1.2.1 para armazenagem fora do curso normal de trânsito, quer
 - 8.1.2.2 para repartição ou distribuição ou
- 8.1.3 decorridos 60 dias após a conclusão da descarga dos objectos seguros do navio oceânico que os transportou até ao porto final da descarga

considerando-se destes casos aquele que primeiro ocorrer

- 8.2 Se, após a descarga do navio oceânico no porto final da descarga, mas antes deste seguro ter terminado, os objectos forem expedidos para um destino diferente daquele para o qual estão seguros, este seguro termina quando se iniciar o transporte para esse outro destino, salvo se, entretanto, já tiver cessado nos termos do n.º 8.1;
- 8.3 Este seguro continuará em vigor (sujeito às disposições acima



TRANSPORTE DE MERCADORIAS (TERRESTRE E AÉREO)

1. RISCOS COBERTOS

1.1 Em complemento da cobertura aplicável e referida no Art.º 2.º das Condições Gerais da Apólice de Transporte de Mercadorias, ficam ainda garantidos a perda, dano ou despesa resultantes dos seguintes riscos:

1.1.1 Incêndio (incluindo a acção do calor, fumo ou vapor resultantes imediatamente de incêndio) bem como os efeitos dos meios empregados para o extinguir ou combater;

1.1.2 Queda de raio e explosão (com exclusão absoluta de bombas ou outros engenhos explosivos);

1.1.3 Capotamento do veículo transportador, entendendo-se como tal o acidente em que o veículo perca a sua posição normal;

1.1.4 Choque ou colisão entre o veículo transportador e outro veículo ou obstáculo;

1.1.5 Abatimento de pontes, túneis ou outras obras de engenharia;

1.1.6 Aluimentos de terras.

1.2 Serão também indemnizadas as despesas de salvamento, bem como as despesas extraordinárias de descarga, armazenagem, carga e reexpedição, que forem necessárias para evitar ou atenuar um prejuízo que resulte de acidente coberto por esta apólice, desde que, legalmente, tais despesas não

constituam encargo da entidade transportadora.

1.3 Em caso de transporte por avião, ficam também garantidas a perda e/ou dano sofridos pelos objectos seguros em consequência de acidentes ocorridos durante as operações de descolagem, aterragem ou amarissagem (forçada ou não).

§ Único: Não estão cobertos por esta apólice os prejuízos sofridos pelos objectos seguros quando se prove que o sinistro de que resultaram ocorreu por excesso de carga ou deficiência de estiva da responsabilidade do Segurado.

2. VIGÊNCIA

2.1 O seguro tem o seu início no momento da entrega dos objectos seguros a um agente transitário ou à entidade a quem é confiado o seu transporte, mantém-se em vigor durante o curso normal da viagem segura e termina com a entrega ao recebedor no local de destino convencionalizado na apólice.

2.2 As estadias no decurso da viagem, necessárias para o cumprimento de formalidades oficiais (alfandegárias ou outras) ficam cobertas desde que os objectos seguros se mantenham sob a vigilância da entidade transportadora e desde que aquelas não excedam o período de quinze dias.

2.3 Igualmente ficam abrangidas as permanências nos armazéns dos transitários e transportadores, entrepostos, terminais e estações de partida ou de destino, desde que não ultrapassem o mesmo período de quinze dias.

2.4 Os prazos referidos nos n.ºs 2.2 e

2.3 poderão ser excedidos desde que esse facto tenha sido previamente acordado pela Seguradora e pago o prémio adicional que for estipulado.

SINISTROS

3. Em caso de avaria, e sem prejuízo da vistoria a realizar pela entidade indicada na apólice ou certificado de seguro, o destinatário deve apresentar imediata reclamação à entidade transportadora mas sempre dentro dos prazos estabelecidos nos regulamentos aplicáveis ou disposições contratuais desta, não devendo receber os objectos danificados enquanto esse facto não for devidamente certificado num documento escrito assinado pelo representante dessa entidade, documento que é indispensável para a apresentação de qualquer reclamação ao abrigo desta apólice.

§ Único: O não cumprimento destas disposições isenta a Seguradora de qualquer responsabilidade em caso de sinistro.



fazer, em tempo oportuno, todas as diligências necessárias para efectivar esses direitos, comprometendo-se a entregar à Seguradora, mesmo antes do pagamento do sinistro – se tal for julgado necessário – e mediante o reembolso das despesas feitas, toda a documentação que permita exercer esses direitos.

3. O Segurado responderá por perdas e danos por qualquer acto ou omissão voluntária que possa impedir ou prejudicar o exercício desses direitos.

Artigo 20º- Comunicações e notificações entre as partes

1. As comunicações ou notificações do Tomador de Seguro ou do Segurado previstas neste contrato consideram-se válidas e plenamente eficazes caso sejam efectuadas por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, para a sede social da Seguradora ou, tratando-se de Seguradora com sede no estrangeiro, para a morada da sua sede social ou sucursal em Portugal, consoante o caso.

2. São igualmente válidas e plenamente eficazes as comunicações ou notificações feitas, nos termos do número anterior, para o endereço do representante da Seguradora não estabelecida em Portugal, relativamente a sinistros abrangidos pela Apólice.

3. Todavia, a alteração de morada ou de sede do Tomador de Seguro ou do Segurado deve ser comunicada à Seguradora, nos trinta dias subsequentes à data em que se verifiquem, por carta registada com aviso de recepção, sob pena de as comunicações ou notificações que a Seguradora venha a efectuar para a morada desactualizada se terem por válidas e eficazes.

4. As comunicações ou notificações da

Seguradora previstas neste contrato consideram-se válidas e plenamente eficazes caso sejam efectuadas por correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, para a última morada do Tomador de Seguro ou do Segurado constante do contrato, ou entretanto comunicada nos termos previstos no número anterior.

Artigo 21º- Legislação aplicável e arbitragem

1. A lei aplicável a este contrato é a lei portuguesa.

1.1. Todas as divergências que possam surgir em relação à interpretação e aplicação deste contrato de seguro podem ser resolvidas por meio de arbitragem, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 22º- Transmissão de Direitos

1. Se o Objecto Seguro, no seu todo ou em parte, mudar de proprietário no decurso do período de validade da Apólice, esta, mediante o respectivo endosso pelo Segurado, transmite-se para o novo proprietário, para o qual se transferem igualmente todos os direitos e obrigações dela emergentes.

2. Quando tiver sido emitido um Certificado de Seguro válido para efeitos de reclamação, tal documento, substituindo, por definição, a Apólice, representará, quando devidamente endossado, a transmissão referida no número anterior.

Artigo 23º- Foro

O foro competente para dirimir qualquer litígio emergente deste contrato é o do local de emissão da Apólice.

SEGURO DE TRANSPORTES DE MERCADORIAS

CONDIÇÕES ESPECIAIS



fracções em dívida, correspondentes ao período em que o contrato esteve em vigor, e obriga-o a indemnizar a Seguradora, a título de penalidade, nos termos da alínea seguinte tudo acrescido dos respectivos juros moratórios, sendo os que incidem sobre a penalidade prevista, contados desde a data de resolução do contrato.

- g) A penalidade prevista em f) do número 2 do presente artigo, nunca poderá exceder 50% do prémio devido para o período de tempo inicialmente contratado, deduzido das eventuais fracções já pagas.

CAPÍTULO V

SINISTROS, RECLAMAÇÕES E INDEMNIZAÇÕES

Artigo 13º - Vistoria

Em caso de suspeita de avaria ou dano nos objectos seguros, o Segurado, o Consignatário, ou quem o representar obrigasse a solicitar, imediatamente e por escrito, a presença do comissário de avarias ou do perito indicado para a vistoria na Apólice ou Certificado de Seguro, sem prejuízo da observância do disposto nos Artigos 440º e 615º do Código Comercial.

Artigo 14º - Abandono

1. O abandono dos objectos seguros apenas é admitido nos seguintes casos:

- a) Desaparecimento total e definitivo em consequência de afundamento, por fortuna de mar, do navio ou da embarcação transportadora, ou de qualquer outro meio de transporte, em consequência de aci-

dente com o mesmo;

- b) Falta de notícias do navio transportador, de acordo com os prazos fixados no Artigo 617º do Código Comercial.

2. Qualquer intervenção da Seguradora com vista a recuperar, beneficiar ou preservar os objectos seguros não significará a aceitação do abandono.

Artigo 15º - Reclamações

1. As reclamações a apresentar à Seguradora serão obrigatoriamente acompanhadas dos seguintes documentos:

- a) Original da Apólice ou Certificado de Seguro;
- b) Original ou cópia autenticada do Conhecimento de Embarque ou documento de transporte equivalente;
- c) Factura comercial;
- d) Certificado de vistoria efectuada pela entidade indicada na Apólice ou Certificado de Seguro;
- e) Cópia da carta dirigida, no prazo legal, ao transportador ou outras entidades eventualmente responsáveis pelos prejuízos ocorridos e respectiva resposta.

2. Os documentos referidos no número anterior deverão ser entregues à Seguradora o mais rapidamente possível, dentro do prazo de nove meses após a descarga dos objectos seguros no local de destino no caso de transporte por via marítima e de cinco meses no caso de transporte por via terrestre ou aérea, sem prejuízo, no que aplicável, do disposto no

Artigo 615º do Código Comercial.

3. Para além dos documentos referidos no nº. 1 do presente artigo, a Seguradora pode exigir outros necessários à apreciação da reclamação e estabelecimento do montante da Indemnização.

Artigo 16º - Indemnizações

1. À Seguradora fica reservado o direito de repor ou substituir os objectos perdidos ou avariados, por outros da mesma natureza, espécie e tipo, ou indemnizar o Segurado pelo prejuízo patrimonial sofrido, até ao limite do valor seguro, tendo em atenção o disposto no nº.3 do Artigo 11º.

2. A obrigação da Seguradora limita-se à quantia segura, pelo que se durante o período de risco abrangido pela Apólice, houver lugar ao pagamento de quaisquer importâncias, na eventual indemnização por perda total será deduzido o quantitativo desse pagamento.

3. O Segurado poderá efectuar um seguro adicional pelo valor dos pagamentos referidos no número anterior, logo que os mesmos tenham lugar, de modo a repor o valor seguro inicial.

4. Do disposto no nº. 2 excluem-se as despesas que forem legítima e razoavelmente feitas pelo Segurado, seus empregados ou representantes, no cumprimento das obrigações estabelecidas no nº. 4 e 5 do Artigo 6º., com vista à protecção, salvaguarda e recuperação do objecto seguro ou parte dele, despesas essas que ficam a cargo da Seguradora na proporção do valor seguro em relação ao valor real dos objectos, independentemente da indemnização por prejuízos que venha a ter lugar.

5. Na determinação do valor da indem-

nização não serão consideradas as despesas que não forem efectivamente realizadas ainda que estejam englobadas no valor seguro.

Artigo 17º - Franquia

As indemnizações por perda ou avaria serão pagas com a dedução das eventuais franquias indicadas nas Condições Particulares ou Certificado de Seguro e nos termos aí convencionados.

Artigo 18º - Salvados

1. O valor dos salvados será sempre deduzido ao montante da indemnização.

2. A Seguradora tem o direito de exigir que o valor dos salvados seja determinado pela sua venda em hasta pública, mesmo que os objectos em estado de avaria tenham sido avaliados com o seu consentimento. A venda em hasta pública será efectuada extra-judicialmente, com observância, naquilo que puder ser aplicável, dos critérios seguidos na venda judicial.

3. Após o pagamento do sinistro pela totalidade do valor dos objectos danificados, a Seguradora, se assim o desejar, ficará com a propriedade dos salvados.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES DIVERSAS

Artigo 19º - Sub-rogação

1. Com o pagamento da indemnização, a Seguradora substitui-se ao Segurado em todos os direitos que este eventualmente tenha contra terceiros responsáveis pelo sinistro.

2. De acordo com o estabelecido no número anterior, o Segurado obriga-se a



2.7 A redução do contrato produzirá os seus efeitos a partir das 24 horas do dia da aceitação da proposta de redução, salvo se na mesma for indicada data de início posterior.

2.8 O prémio a devolver em caso de redução da cobertura corresponderá à diferença entre o prémio inicialmente cobrado e o prémio correspondente à cobertura alterada, calculado com base no período de tempo não decorrido desde o momento da redução até ao termo da anuidade.

Artigo 9º - Nulidade do Contrato

1. Este contrato considera-se nulo e, consequentemente, não produzirá quaisquer efeitos quando, da parte do Tomador de Seguro e/ou Segurado, tenha havido, no momento da celebração do mesmo, falsas declarações, omissões, dissimulações ou reticências, que poderiam ter influído na existência e condições do mesmo.

2. Se as referidas declarações, omissões, dissimulações ou reticências tiverem sido feitas de má fé, a Seguradora terá direito ao prémio sem prejuízo da nulidade do contrato nos termos do número anterior.

CAPÍTULO IV

MODIFICAÇÕES DO RISCO, VALOR SEGURO, PAGAMENTO DOS PRÉMIOS

Artigo 10º - Agravamento do Risco

1. O Tomador de Seguro e/ou Segurado estão obrigados, durante a vigência do contrato, a comunicar, por escrito, à Seguradora, todos os factos ou circunstâncias susceptíveis de produzirem um agravamento do risco, nas 24 horas subsequentes ao conhecimento de tal situação, devendo, em caso de dúvida, comunicar à mesma todos os factos ou

circunstâncias susceptíveis de determinarem uma modificação do risco.

2. Se os factos ou circunstâncias comunicados à Seguradora determinarem o agravamento do risco, esta disporá do prazo de 24 horas para propor ao Tomador de Seguro/Segurado a modificação do contrato, apresentando novas condições, ou comunicar-lhes a resolução do mesmo, nos termos do estabelecido no Artigo 8º.

3. Proposta a modificação do contrato, o Tomador de Seguro e/ou Segurado dispõem de igual prazo de 24 horas a contar da sua recepção para, não aceitando as novas condições, resolverem o mesmo, tendo direito ao estorno do prémio pago correspondente ao período de tempo não decorrido.

4. A modificação do contrato considerar-se-á tacitamente aceite no caso de alguma das partes não se pronunciar dentro dos prazos previstos neste artigo.

5. Se, entre a data do agravamento do risco e a data da modificação do contrato ou da sua resolução, ocorrer um sinistro, o contrato produzirá efeitos, mas a indemnização devida reduzir-se-á proporcionalmente à diferença entre o prémio cobrado pela Seguradora e aquele que cobraria para o risco agravado, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

6. Se o Tomador de Seguro ou o Segurado, intencionalmente, não comunicarem à Seguradora o agravamento do risco ou se as suas omissões ou falsas declarações pudessem ter influído na manutenção do contrato, este considerar-se-á automaticamente resolvido, com efeitos respectivamente, à data em que a comunicação deveria ter sido feita à Seguradora ou àquela em que a omissão ou as falsas

declarações foram prestadas, não havendo lugar a qualquer estorno do prémio.

Artigo 11º - Valor Seguro/Base de Avaliação

1. O Tomador de Seguro poderá efectuar o seguro dos objectos por um valor compreendendo entre o seu preço no lugar e data do carregamento acrescido das despesas até ao lugar de destino e de uma percentagem até 15 por cento para gastos não previstos (salvo se outra percentagem tiver sido declarada nas Condições Particulares ou Certificado de Seguro) e o preço corrente dos mesmos no lugar de destino, à sua chegada, sem avaria.

2. Em caso de reclamação a Seguradora tem sempre o direito de pedir a justificação do valor seguro e de reduzi-lo de harmonia com o que se estabelece no número anterior.

3. Se o valor for inferior ao valor real dos objectos, o Tomador de Seguro responderá proporcionalmente pelas perdas e danos sofridos pelos mesmos.

Artigo 12º - Pagamento dos Prémios

1. SEGURO TEMPORÁRIO

a) O prémio é devido na data da celebração do contrato.

b) O Tomador de seguro/ Segurado obriga-se a pagar o prémio, por inteiro, até ao décimo dia após a data de emissão do recibo pela Seguradora.

c) Nos termos da lei, o não pagamento do prémio no prazo referido na alínea anterior constitui causa de resolução do contrato.

d) Nos casos em que o trânsito tenha

sido consumado no período referido em b) do número 1 do presente artigo, o funcionamento das garantias da Apólice subordina-se ao estrito cumprimento da mesma alínea.

2. SEGURO NÃO TEMPORÁRIO

a) O prémio ou fracção inicial é devido na data da celebração do contrato, pelo que a eficácia deste depende do pagamento respectivo no prazo estipulado para o efeito.

b) Os prémios ou fracções seguintes são devidos nas datas estabelecidas na apólice, sendo aplicável, neste caso, o regime previsto nos números seguintes.

c) A Seguradora encontra-se obrigada, até 30 dias antes da data em que o prémio ou fracção seguinte é devido, ou qualquer outro prazo que a lei determine, a avisar, por escrito, o Tomador de Seguro, indicando essa data, o valor a pagar e a forma de pagamento.

d) Nos termos da lei, na falta de pagamento do prémio ou fracção referidos no número anterior na data indicada no aviso, o Tomador de Seguro constitui-se em mora e, decorridos que sejam trinta dias após aquela data, o contrato será automaticamente resolvido, sem possibilidade de ser reposto em vigor.

e) Durante o prazo referido em d) do número 2 do presente artigo, o contrato mantém-se plenamente em vigor.

f) A resolução do contrato não exonera o Tomador de Seguro da obrigação de pagar os prémios ou



putável, incorrerá em mora, vencendo a indemnização juros à taxa legal em vigor.

Artigo 6º - Obrigações do Tomador de Seguro e/ou Segurado

Sob pena de responder por perdas e danos, o Tomador de Seguro/Segurado obriga-se a:

1. Declarar à Seguradora, no momento da celebração do contrato de seguro, todos os factos que possam interessar à correcta apreciação do risco;
2. Comunicar de imediato à Seguradora todas as circunstâncias de que tenha conhecimento e que possam agravar o risco assumido, pagando o prémio adicional que for requerido pela Seguradora nos termos do número 2 do artigo 10º;
3. Comunicar à Seguradora, logo que do facto tenha conhecimento, o nome do navio ou navios transportadores, ou, tratando-se de transporte por via terrestre ou aérea, a matrícula do veículo transportador, o número de guia ou senha de caminho de ferro ou número da carta de porte, sempre que o seguro tenha sido feito sem essa indicação;
4. Em caso de sinistro ou na presença de factos que levem a presumir a existência de danos no Objecto Seguro, comunicar, por escrito, a ocorrência à Seguradora ou à entidade por esta designada no Certificado de Seguro e tomar todas as medidas que estejam ao seu alcance para evitar ou diminuir os prejuízos;
5. Promover a guarda, segurança e conservação do Objecto Seguro e/ou salvados;
6. Adoptar todas as providências para que não se perca o direito de regresso contra terceiros eventualmente responsáveis pelos prejuízos, nomeadamente no que respeita a entidades transportadoras, com

vista a apresentar, no prazo estabelecido no título de transporte, na lei ou nas convenções internacionais aplicáveis, a competente reclamação por escrito.

7. Colaborar com a Seguradora e/ou as entidades à sua ordem, prestando os esclarecimentos eventualmente solicitados e facultando toda e qualquer documentação necessária ao desenvolvimento do processo de regularização de sinistros.

CAPITULO III

INÍCIO, DURAÇÃO, RESOLUÇÃO, REDUÇÃO E NULIDADE DO CONTRATO

Artigo 7º - Início e duração do contrato

1. Salvo convenção expressa em contrário nas Condições Particulares ou Certificado de Seguro, a responsabilidade da Seguradora começa e termina:

- a) Relativamente ao transporte por via marítima ou fluvial – no momento em que os objectos são carregados no navio ou nas embarcações destinadas a transportá-los até que sejam descarregados em terra, no porto declarado na Apólice ou Certificado de Seguro;
- b) Relativamente ao transporte por outras vias – no momento em que o Objecto seguro é recebido pelo transportador na localidade indicada na Apólice para início do trânsito, até que seja entregue ao destinatário ou a quem o representar na localidade declarada na Apólice ou Certificado de Seguro.

2. Mediante o pagamento de um prémio adicional o contrato de seguro mantém-se em vigor em caso de demora no início ou na realização normal da viagem e ain-

da no caso de desvio de rota e transbordos não previstos, desde que tais factos ocorram fora do controlo do Tomador de Seguro/Segurado, a quem compete dar conhecimento dos mesmos à Seguradora, logo deles tome conhecimento.

Artigo 8º - Resolução e redução do Contrato

1. SEGURO TEMPORÁRIO

- a) Qualquer das partes pode, resolver o contrato, mediante comunicação escrita à outra parte com a antecedência mínima de 2 dias úteis em relação à data de início dos riscos.
- b) Quando a resolução, independentemente da causa, for da iniciativa do Tomador de Seguro, a Seguradora poderá reter 25% do prémio para ressarcimento dos custos relativos à aquisição e administração do contrato bem como à gestão, cobrança e emissão do mesmo, tais como custo de Apólice, Actas adicionais e Certificados de Seguro.
- c) Quando a resolução for da iniciativa da Seguradora, proceder-se-á ao estorno, a 100%, de qualquer prémio entretanto cobrado.

2. SEGURO NÃO TEMPORÁRIO

2.1 Qualquer das partes pode, a todo o tempo, resolver ou reduzir o contrato, mediante correio registado, ou por outro meio do qual fique registo escrito, com A antecedência mínima de 30 dias em relação à data em que a resolução ou redução produz efeitos;

2.2 Porém, a resolução por parte da Seguradora apenas pode ocorrer nos seguintes casos:

- a) Alteração imposta pelos Resseguradores ao tratado de resseguro que

altere as condições de assunção de riscos por parte da Seguradora;

- b) Alteração de circunstâncias que determine um desequilíbrio desproporcionado das prestações;
- c) Não aceitação da Seguradora de alterações propostas ao contrato pelo Tomador de Seguro;
- d) Agravamento do risco nos termos previsto no artigo 10º. destas Condições Gerais;
- e) Fraude ou tentativa de fraude;
- f) Falta de pagamento de prémios de acordo com o estipulado no artigo 12º.
- g) Após a ocorrência de um sinistro.

2.3 O prémio a devolver em caso de resolução do contrato será o correspondente ao período de tempo não decorrido desde o momento da resolução até ao termo da anuidade.

2.4 A resolução do contrato, quando tenha ocorrido sinistro, fica subordinada ao disposto nos números anteriores, tendo somente, para efeito de devolução de prémio, de considerar-se a parte do capital seguro que exceda o valor da indemnização liquidada.

2.5 A resolução do contrato produz os seus efeitos às 24 horas do 30º. dia a contar da recepção da respectiva comunicação.

2.6 A proposta de redução do contrato considera-se aceite no 30º. dia a contar da data da sua recepção a menos que, entretanto, a outra parte seja notificada da recusa ou da sua antecipada aceitação.



interesses patrimoniais, susceptíveis de avaliação pecuniária, descritos nas Condições Particulares ou Certificado de Seguro, durante o seu transporte, no percurso normal de trânsito, quer este se efectue por via marítima, fluvial, terrestre ou aérea.

SINISTRO – O evento ou série de eventos resultantes de uma mesma causa susceptível de fazer funcionar as garantias do presente contrato.

PERDA/DANO – O prejuízo que, sendo susceptível de avaliação pecuniária, deve ser reparado ou indemnizado nos termos da Apólice.

AVARIA GROSSA – O conjunto de despesas extraordinárias e/ou sacrifícios voluntariamente determinados pelo capitão ou por sua ordem, com o fim de evitar um perigo para a segurança comum do navio e da carga, desde o seu carregamento e partida até ao seu retorno e descarga.

FRANQUIA – Importância que, em caso de sinistro, fica a cargo do Segurado e cujo montante ou forma de cálculo se encontra estipulado nas Condições Particulares ou Certificado de Seguro.

Artigo 2º- Objecto do Contrato

O presente contrato tem por objecto a garantia do risco de perda ou danos sofridos pelo objecto seguro designado nas Condições Particulares ou Certificado de Seguro.

Artigo 3º- Garantias do Contrato

1. A Seguradora garante, nos termos desta Apólice, o pagamento das indemnizações devidas em consequência de sinistros configurados pelas circunstâncias seguintes:

- a) A perda total, material e absoluta,

do objecto seguro quando ocorrida conjuntamente com idêntica perda total, por fortuna de mar, do navio ou da embarcação em que são transportados ou por acidente terrestre ou aéreo ocorrido com o meio de transporte utilizado durante o período de risco abrangido por esta Apólice;

- b) A contribuição que, em regulação de Avaria Grossa impenda sobre o objecto e/ou interesses seguros;

- c) O depósito provisório que eventualmente seja exigido para garantia de liquidação da contribuição definitiva de Avaria Grossa;

- d) A perda resultante de alijamento ou arrebato pelas ondas, dos objectos transportados no convés, desde que o transporte nessas condições tenha sido previamente declarado pelo Tomador de seguro e/ou Segurado e especificamente aceite pela Seguradora;

- e) A perda ou dano sofridos pelos objectos seguros em consequência de riscos expressamente declarados nas Condições Particulares ou Certificado de Seguro como riscos cobertos.

2. Sem prejuízo do disposto nas alíneas b) e c) do número anterior, no caso de os valores atribuídos aos objectos e/ou interesses seguros serem estimados num montante superior ao declarado na Apólice, a Seguradora apenas responde pela contribuição ou pelo depósito provisório correspondente à parte proporcional de valor seguro em relação ao valor atribuído para efeitos de contribuição.

Artigo 4º- Exclusões

1. Ficam expressamente excluídos das

garantias prestadas pela Apólice a perda, dano e/ou despesa directa ou indirectamente resultantes de;

- a) Contrabando, descaminho, comércio proibido ou clandestino;

- b) Medidas sanitárias ou de desinfecção;

- c) Mau acondicionamento ou deficiência de embalagem da responsabilidade do Tomador de seguro/Segurado;

- d) Vício próprio ou alteração proveniente da natureza intrínseca dos objectos seguros;

- e) Atrasos na viagem ou sobre-estadias qualquer que seja a causa;

- f) Diferenças de cotação, perdas de mercado ou quaisquer outros motivos que obstem, dificultem ou alterem a transação comercial do Segurado;

- g) Acções ou omissões dolosas do Tomador de Seguro/Segurado, dos seus empregados, mandatários ou representantes, ou praticados com a sua cumplicidade ou participação;

- h) Efeito directo ou indirecto de explosão, libertação de calor e radiações, provenientes da desintegração ou fusão do núcleo de átomos, aceleração artificial de partículas ou radioactividade.

2. Salvo convenção expressa em contrário nas Condições Particulares ou Certificado de Seguro, e mediante o pagamento de um prémio adicional, a Seguradora não responde por perdas ou danos directos ou indirectamente resultantes de:

- a) Captura, apreensão, arresto, pe-

nhora, presa ou detenção e respectivas consequências ou simples tentativas de tais actos;

- b) Explosão de bombas ou outros engenhos explosivos, bem como as consequências de hostilidades ou operações bélicas (quer tenha havido ou não declaração de guerra), guerra civil, revolução, rebelião, insurreição e actos de terrorismo;

- c) Actos de pirataria;

- d) Greves, "lock-outs", conflitos laborais, tumultos ou alterações da ordem pública, actos de grevistas ou de trabalhadores sob "lock-out" ou de pessoas tomando parte em conflitos laborais.

CAPITULO II

OBRIGAÇÕES DA SEGURADORA, DO TOMADOR DE SEGURO E/OU SEGURO

Artigo 5º- Obrigações da Seguradora

1. A Seguradora substituirá o Segurado ou Tomador de Seguro na regularização amigável ou litigiosa de qualquer sinistro que, ao abrigo do presente contrato, ocorra durante o período de vigência do mesmo.

2. Pagar a indemnização, determinadas que sejam as causas, circunstâncias e consequências do sinistro, sem prejuízo de pagamentos por conta sempre que se reconheça que devam ter lugar.

3. Se, decorridos 30 dias, a Seguradora, de posse de todos os dados indispensáveis ao pagamento da indemnização devida, não tiver realizado essa obrigação por causa não justificada ou que lhe seja im-



**TRANSPORTE DE MERCADORIAS
(GREVES)**

**(EQUIVALENTE À CL. 256 «INSTITUTE STRIKES CLAUSES (CARGO)»
DE 1/1/1982)**

RISCOS COBERTOS

1. Com excepção das exclusões contidas nos n.ºs 3, e 4, este seguro cobre a perda ou dano sofrido pelos objectos seguros causada por:

- 1.1 Grevistas, trabalhadores em «lock out» ou pessoas tomando parte em distúrbios de trabalho, tumultos ou comoções civis;
- 1.2 Terroristas ou qualquer pessoa actuando por motivos políticos;

2. Fica também abrangida a contribuição que impenda sobre o objecto seguro, em despesas de salvamento ou em regulação de avaria grossa elaborada de acordo com o estabelecido no contrato de transporte e/ou na lei e prática aplicável, em virtude de actos praticados com o fim de evitar uma perda, ou com tal objectivo relacionados, em consequência de um risco coberto ao abrigo destas cláusulas.

EXCLUSÕES

3. Este seguro não cobre, em caso algum:

- 3.1 Perda, dano ou despesa atribuível a actuação dolosa do Segurado;
- 3.2 Derrame normal, perda normal de peso ou volume e desgaste normal devido a uso do objecto seguro;
- 3.3 Perda, dano ou despesa causada por insuficiência ou

inadequação de embalagem ou preparação do objecto seguro (para o fim deste n.º 3.3 «embalagem» é considerada como incluindo a estiva num contentor ou «liftvan», mas somente no caso de tal estiva ter sido efectuada antes do início do seguro ou da mesma ter sido feita pelo próprio Segurado ou empregados seus).

- 3.4 Perda, dano ou despesa causada por vício próprio, ou alteração proveniente da natureza intrínseca do objecto seguro.
- 3.5 Perda, dano ou despesa cuja causa próxima seja demora, ainda que tal demora seja resultante de um risco seguro (excepto as despesas que forem indemnizáveis ao abrigo do n.º 2 acima).
- 3.6 Perda, dano ou despesa resultante da insolvência ou dificuldades financeiras dos proprietários, fretadores, operadores ou de quem tenha a administração do navio.
- 3.7 Perda, dano ou despesa resultante da ausência, falta ou impedimento de trabalho de qualquer natureza, seja qual for, resultante de qualquer greve, «lock out», distúrbios de trabalho, tumultos e comoções civis.
- 3.8 Qualquer reclamação baseada em perda ou malogro da viagem.
- 3.9 Perda, dano ou despesa resultante do uso hostil de qualquer arma de guerra que empregue fusão nuclear ou atómica e/ou fusão ou outra reacção idêntica, força ou substância radioactiva.
- 3.10 Perda, dano ou despesa causada por guerra, guerra civil, revolução, rebelião, insurreição ou conflitos civis resultantes desses factos, ou qualquer acto

hostil cometido por ou contra um poder beligerante.

4.

4.1 Em caso algum este seguro cobre a perda, dano ou despesa resultante de:

- inavergabilidade do navio ou embarcação
- inadequação do navio, embarcação, outros meios de transporte, contentor ou «liftvan», para o transporte em segurança do objecto seguro desde que o Segurado ou os seus empregados tenham conhecimento de tal inavergabilidade ou inadequação no momento em que o objecto seguro nele é carregado.

4.2 A Seguradora renuncia a declarar a sua não responsabilidade no caso de qualquer quebra garantida implícita da navegabilidade do navio ou da sua adequação para transportar o objecto seguro para o destino, a não ser quando o Segurado ou os seus empregados tenham prévio conhecimento de tal situação.

DURAÇÃO

5.

5.1 Este seguro inicia-se no momento em que os objectos seguros deixam o armazém ou local de armazenagem na localidade indicada na apólice para o começo da viagem, continua em vigor durante o percurso normal desta e termina

5.1.1 com a sua entrega no armazém do recebedor ou noutro armazém ou local de armazenagem, na localidade do destino indicada na apólice,

5.1.2 com a sua entrega em qualquer outro armazém ou local de armazenagem, situado na ou antes da localidade de destino indicada na apólice que o Segurado decidir utilizar quer

5.1.2.1 para armazenagem fora do curso normal de trânsito, quer

5.1.2.2 para repartição ou distribuição, ou

5.1.3 decorridos 60 dias após a conclusão da descarga dos objectos seguros do navio oceânico que os transportou até ao porto final da descarga considerando-se destes casos aquele que primeiro ocorrer.

5.2 Se, após a descarga do navio oceânico no porto final da descarga, mas antes deste seguro ter terminado, os objectos forem expedidos para um destino diferente daquele para o qual estão seguros, este seguro termina quando se iniciar o transporte para esse outro destino, salvo se, entretanto, já tiver cessado nos termos do n.º 8.1;

5.3 Este seguro continuará em vigor (sujeito às disposições acima estabelecidas e às referidas no n.º 9 abaixo) durante demora fora do controlo do Segurado, desvio de rota, descarga forçada, reembarque ou transbordo, assim como durante qualquer alteração da viagem resultante do exercício de um direito concedido aos armadores ou fretadores ao abrigo do contrato de transporte.

